



ACADEMIA MILITAR

A Receção da Arma Nuclear e o seu Entendimento Estratégico pelos Militares Portugueses, a partir das Revistas Militares Portuguesas (1945-1960)

Aspirante de Infantaria Duarte Félix Pereira Iglésias

Trabalho de Investigação Aplicada

Mestrado Integrado de Ciências Militares na Especialidade de Infantaria

Orientador: Professor Doutor António Paulo David Silva Duarte

Coorientador: Professora Doutora Olga Maria Oliveira Duarte

Júri

Presidente: Professor Doutor José Alberto de Jesus Borges

Arguente: Tenente-Coronel de Cavalaria Pedro Nuno Antunes Ferreira

Orientador: Professor Doutor António Paulo David Silva Duarte

Diretor de Curso: Tenente-Coronel de Infantaria Roberto Martins Mariano

Junho de 2025



ACADEMIA MILITAR

A Receção da Arma Nuclear e o seu Entendimento Estratégico pelos Militares Portugueses, a partir das Revistas Militares Portuguesas (1945-1960)

Aspirante de Infantaria Duarte Félix Pereira Iglésias

Trabalho de Investigação Aplicada

Mestrado Integrado de Ciências Militares na Especialidade de Infantaria

Orientador: Professor Doutor António Paulo David Silva Duarte

Coorientador: Professora Doutora Olga Maria Oliveira Duarte

Júri

Presidente: Professor Doutor José Alberto de Jesus Borges

Arguente: Tenente-Coronel de Cavalaria Pedro Nuno Antunes Ferreira

Orientador: Professor Doutor António Paulo David Silva Duarte

Diretor de Curso: Tenente-Coronel de Infantaria Roberto Martins Mariano

Junho de 2025

EPÍGRAFE

“Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos, sem responsabilidade talvez não mereçamos existir.”

José Saramago

DEDICATÓRIA

À minha avó.

AGRADECIMENTOS

Deixo expressa a minha gratidão a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, através de votos de confiança e de superação, contribuíram para que lograsse na consumação do curso de Ciências Militares na especialidade de Infantaria, objetivo pessoal e profissional para o qual decidi orientar o meu foco nos últimos 5 anos, cujo término se assinala com o Trabalho de Investigação Aplicada aqui redigido.

Por meio de realçar aqueles que, seja por proximidade familiar ou simples afinidade e afeição, contribuíram para o meu progresso em registo contínuo e incansável, ilustro de seguida o seio pelo qual me defino enquanto ser humano, através dos quais se me moldaram os pensamentos e atitudes.

Começo pelos meus pais, responsáveis pelo meu carácter, valores e educação, fundadores de tudo aquilo que hoje me posso vangloriar, aqueles cuja ajuda lhes parece nunca suficiente para o auxílio de um filho. Um irmão que de o ser é capaz, por mais novo neste caso se tratar, sabe proporcionar a descontração necessária nos momentos decisivos, ocasionalmente aliada a uma pequena dose de desentendimento, tornando em regra as despedidas menos melindrosas. Caso exista alguém do qual apreço por outro o leva a sacrificar os seus interesses pessoais, por vezes abdicando do próprio estado físico e mental, salvo a minha namorada não conheço ninguém, pilar constante e fundamental do meu estado de espírito.

Prossigo, exaltando os meus amigos e restantes familiares, aqueles cuja ternura e convivência não tornavam o tempo transtorno, pelas minhas peripécias navegando sempre com curiosidade e admiração.

Relevo com gravidade e prestígio os meus camaradas e amigos de armas do Curso General Adolfo Almeida Barbosa, que mediante sorrisos trocados e lágrimas partilhadas no decorrer desta desafiadora jornada jamais serão esquecidos, com respeito e gratidão os disponho na consciência.

No que concerne à elaboração da presente investigação, agracio com especial destaque o apoio e total disponibilidade do meu orientador Professor Doutor António Paulo David Silva Duarte, cujo conhecimento nato em história contribuiu não só para um melhor fundamento lógico do trabalho, como também para o próprio interesse e fascinação pessoal referente ao estudo do passado humano. Quanto à estruturação e disposição metodológica,

competo-me reconhecer a minha coorientadora Professora Doutora Olga Maria Oliveira Duarte pela atenção proporcionada até ao mais minucioso detalhe.

Incumbe-me de igual modo discernir os dois diretores de curso com quem me detive, de papel essencial alusivo à transmissão do saber, inculcando princípios e preceitos respeitantes ao ser Infante e pertencer à arma de Infantaria. Ao Major de Infantaria Pedro Meneses pelo cuidado personalizado no processo de seleção do tema de investigação, ao Tenente-Coronel de Infantaria Roberto Mariano pela preocupação contínua atinente à manutenção do ritmo de produção escrita.

Finalizo, prestando agradecimentos a todos os intervenientes que participaram na conclusão desta etapa, com quem tive o gosto de contactar e trocar conhecimento.

RESUMO

Este estudo incide na receção e entendimento estratégico da arma nuclear pelos militares portugueses entre 1945 e 1960, através da análise das revistas militares portuguesas como fonte primária de investigação. Pretende-se inferir a evolução do pensamento militar português face à introdução das armas nucleares, destacando as implicações estratégicas e as respostas dos militares portugueses durante a fase preambular da Guerra Fria.

A investigação é contextualizada no cenário geopolítico global da época, assinalado pela rivalidade entre os blocos ocidental e oriental e pela corrida ao armamento nuclear.

Recorre-se à análise de conteúdo das publicações militares, classificando os discursos segundo três eixos: classificação estratégica (arma ofensiva, defensiva ou dissuasora), sentimento geral (positivo, negativo ou neutro) e adaptação doutrinária, conferindo uma base factual robusta na fundamentação das reflexões sobre as transformações conceptuais impostas pela arma atómica.

Os resultados demonstram uma evolução do pensamento, inicialmente centrado na eficácia ofensiva do armamento, até à consolidação da doutrina da dissuasão e à perceção da bomba atómica como agente transformador das estruturas doutrinárias tradicionais. Esta investigação contribui para um melhor entendimento da história militar portuguesa e do impacto da Guerra Fria nas suas correntes intelectuais estratégicas.

Palavras-chave: Arma nuclear; Guerra Fria; Militares portugueses; Revistas militares.

ABSTRACT

This study focuses on the reception and strategic understanding of nuclear weapons by Portuguese military personnel between 1945 and 1960, based on the analysis of Portuguese military journals as primary sources. It aims to infer the evolution of Portuguese military thought in response to the introduction of nuclear arms, highlighting the strategic implications and the reactions of military officers during the early phase of the Cold War.

The research is contextualized within the global geopolitical landscape of the time, marked by the rivalry between the Western and Eastern blocs and the nuclear arms race.

A content analysis was conducted on the military publications, categorizing the discourse along three analytical axes: strategic classification (as offensive, defensive, or deterrent weapons), overall sentiment (positive, negative, or neutral), and doctrinal adaptation. This approach provides a more factual basis for interpreting the conceptual transformations imposed by the advent of nuclear weaponry.

The findings reveal an evolution of military thinking, initially focused on the offensive potential of nuclear weapons, progressing toward the consolidation of deterrence doctrine and the perception of the atomic bomb as a transformative agent of traditional doctrinal structures. This research contributes to a deeper understanding of Portuguese military history and the impact of the Cold War on its strategic intellectual currents.

Keywords: Nuclear weapon, Cold War, Portuguese military, Military journals.

ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	v
ABSTRACT	vi
ÍNDICE GERAL	vii
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	x
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	5
1.1. Historiografia, hermenêutica e interpretação	5
1.2. Contextualização histórica	7
1.2.1. 1945-1949: Era nuclear	7
1.2.2. 1950-1954: Expansão estratégica	8
1.2.3. 1955-1960: Consolidação e retaliação	9
1.3. Contexto político português	11
CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA	14
2.1. Desenho da investigação	14
2.2. Modelo de análise	16
2.2.1. Classificação estratégica.....	17
2.2.2. Sentimento geral.....	19
2.2.3. Adaptação doutrinária	20
CAPÍTULO 3 – UMA LEITURA DA RECEÇÃO DA ARMA NUCLEAR EM PORTUGAL (1945-1960)	21
3.1. Classificação estratégica	21
3.1.1. Do entusiasmo ofensivo à emergência dissuasora	21
3.1.2. Esboço de integração na doutrina.....	24
3.1.3. Disputa conceptual e crítica à eficácia estratégica	26
3.2. Sentimento geral	28
3.2.1. Da aceitação técnica à rejeição ética	28

3.2.2. Otimismo científico e cautela moral	30
3.2.3. Crítica ética e prudência estratégica	32
3.3. Adaptação doutrinária	34
3.3.1. O rascunho da reorganização	34
3.3.2. Ciência, motor da transformação doutrinária	36
3.3.3. Defesa total: mobilidade, prontidão e modernização	38
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro nº1 - Eixos metodológicos da investigação	16
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

AN - Arma Nuclear

BA - Bomba Atómica

EUA - Estados Unidos da América

FFAA - Forças Armadas

GF - Guerra Fria

NASA - *National Aeronautics and Space Administration*

OE - Objetivo Específico

OG - Objetivo Geral

ONU - Organização das Nações Unidas

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

PD - Pergunta Derivada

PP - Pergunta de Partida

URSS - União de Repúblicas Socialistas Soviéticas

INTRODUÇÃO

Esta investigação centra-se na perspetiva segundo a qual os militares portugueses, entre 1945 e 1960, receberam e conceptualizaram a arma nuclear (AN), procurando compreender de que modo influenciou a formulação de doutrinas militares e a perceção da segurança nacional no contexto da Guerra Fria (GF). Através da análise de revistas militares portuguesas, fontes fundamentais para aceder ao pensamento estratégico da época, este estudo pretende clarificar as reflexões dos militares sobre a transformação da guerra e as mudanças nas estratégias que desta advieram.

O interesse por este tema surge da necessidade de preencher uma lacuna na literatura existente, dado que a receção da AN em Portugal e o seu impacto no pensamento militar nacional têm sido pouco explorados. Como refere Gray (1999), a introdução do armamento nuclear alterou radicalmente a lógica estratégica dos estados, obrigando a reajustamentos profundos nas doutrinas de defesa e segurança. Compreender a forma como os militares portugueses assimilaram esse novo paradigma é, assim, essencial para uma análise aprofundada da evolução do pensamento militar nacional.

Baseando-se na análise crítica da literatura especializada e na sistematização de fontes que sustentem a sua fundamentação teórica, com o presente estudo pretende-se a formulação de conclusões rigorosas. Embora o período analisado se situe entre 1945 e 1960, procura-se igualmente identificar continuidades e rupturas no pensamento estratégico português, em relação ao debate internacional sobre a estratégia nuclear.

Como argumenta Jervis (1989), a evolução das doutrinas militares deve ser compreendida no quadro das dinâmicas geopolíticas e dos avanços tecnológicos, o que justifica uma abordagem que relacione as perceções nacionais com as transformações estratégicas internacionais. Telo (1996) sublinha que a integração na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) exigiu uma adaptação progressiva das conceções militares portuguesas, um fator que torna imprescindível a análise do impacto desta aliança no pensamento estratégico nacional.

As políticas internacionais desempenharam, assim, um papel determinante no modo como os militares portugueses compreenderam a AN. Maxwell (1995) refere que a adesão de Portugal à OTAN marcou um ponto de viragem para as suas Forças Armadas (FFAA), incentivando uma maior aproximação às doutrinas estratégicas das potências ocidentais. Portanto, importa avaliar até que ponto os conceitos estratégicos dos aliados influenciaram

a percepção nacional sobre a AN. A análise das publicações militares da época revela debates internos onde coexistem preocupações e expectativas relativamente ao impacto do armamento atómico. Tannenwald (2007) defende que a percepção das AN não se limitou à sua capacidade destrutiva, mas também ao seu valor como instrumento de dissuasão, o que poderá ter moldado a forma como os militares portugueses enquadraram a questão no plano estratégico.

Freedman (2003) salienta que qualquer estudo sobre o pensamento estratégico em torno das AN deve considerar três dimensões fundamentais: militar, política e psicológica. No contexto português, a dimensão militar traduz-se na necessidade de adaptar as doutrinas operacionais à emergência do risco nuclear e à integração na OTAN. No plano político, a participação numa aliança transatlântica determinou a adoção de estratégias alinhadas com os interesses dos aliados ocidentais. Já a vertente psicológica reflete a percepção que os militares portugueses tinham sobre a dissuasão nuclear e os seus efeitos na definição da postura estratégica nacional.

Neste sentido, propõe-se explorar até que ponto as percepções dos militares portugueses refletiram estas dimensões, procurando oferecer uma compreensão mais aprofundada da influência da AN na evolução do pensamento estratégico nacional. Com esta análise, ambiciona-se não só contribuir para o conhecimento das dinâmicas militares portuguesas durante a GF, mas também estabelecer ligações com os debates estratégicos contemporâneos sobre defesa e segurança.

Procura-se definir corretamente as percepções dos militares submetidas nas revistas militares, sendo que para uma análise detalhada e verosímil, de acordo com Blaikie (2010), é necessária a categorização dos dados, recolhidos de acordo com diversos vetores de investigação que proporcionem uma adequada classificação quanto ao enquadramento teórico em que se insere.

O desenvolvimento desta investigação segue uma abordagem metodológica centrada na análise documental e na revisão de literatura, como recomendado para estudos históricos e estratégicos (Booth, Sutton & Papaioannou, 2016). A importância do estudo sobre a receção e entendimento estratégico da AN pelos militares portugueses prende-se com a necessidade de compreender a evolução do pensamento militar nacional no contexto da GF. Como argumenta Jervis (1989), as AN não redefiniram apenas a estratégia militar global, mas também forçaram os estados a repensar as suas doutrinas de defesa. Em Portugal, a integração na OTAN e a necessidade de adaptação à nova realidade nuclear tornaram imperativo o estudo das percepções militares expressas nas revistas militares da época.

A definição de um objetivo geral (OG) é essencial para delimitar o propósito central da investigação e orientar a recolha e análise de dados. Segundo Pereira (2012), um objetivo bem estruturado permite que a investigação mantenha um foco claro e coerente ao longo de todo o processo, assegurando a sua relevância científica e metodológica. Assim, o presente estudo visa:

OG: Estudar a receção da AN e o seu entendimento estratégico pelos militares portugueses no período entre 1945 e 1960, por meio de uma análise sistemática das revistas militares portuguesas.

A necessidade de definir objetivos específicos (OE) decorre da pouca abundância literária relativa à receção da AN pelos militares portugueses devido à especificidade do tema e conseqüente parca exploração. Como aventa Rosado (2018), os OE devem desdobrar o OG em elementos mais concretos, permitindo uma análise aprofundada e estruturada do fenómeno estudado. Assim, importa compreender as atitudes dos militares, os fatores que influenciaram a sua perceção e as eventuais mudanças doutrinárias decorrentes do advento da AN. Para tal, pretende-se:

OE1: Analisar a classificação estratégica atribuída à AN pelos militares portugueses, identificando se é compreendida como instrumento ofensivo, defensivo ou de dissuasão;

OE2: Avaliar os sentimentos expressos pelos autores militares relativamente à AN, distinguindo tendências de positivismo, negativismo ou neutralidade nas publicações analisadas;

OE3: Investigar indícios de adaptação doutrinária nas revistas, verificando se existiram mudanças propostas na doutrina militar nacional face à ameaça da AN.

A formulação de uma pergunta de partida (PP) é essencial para orientar a investigação. Ressaltam Silva & Pinto (1999) que uma pergunta bem definida não só estabelece a base para a análise crítica dos dados, mas também permite estruturar a pesquisa de modo lógico e sequencial. O desenvolvimento do pensamento estratégico dos militares portugueses sobre AN insere-se numa problemática mais vasta, que envolve não apenas a perceção individual, mas também o impacto institucional e político dessa nova realidade militar. Deste modo, a presente pesquisa procura responder à seguinte questão central:

PP: De que forma foi recebida a AN e, conseqüentemente, formalizado o seu entendimento estratégico pelos militares portugueses no período definido entre 1945 e 1960?

Deste modo, para responder na sua plenitude aos objetivos propostos, realça-se a necessidade de uma contextualização adequadamente localizada, no espaço e no tempo, que

auxilie o leitor na compreensão dos acontecimentos, que influenciaram em grande medida as correntes intelectuais dos oficiais das FFAA.

Nesta circunstância, o trabalho organiza-se segundo três capítulos principais. O primeiro capítulo apresenta o enquadramento teórico, dividindo-se entre uma reflexão sobre os pressupostos historiográficos e interpretativos e uma abordagem histórica nacional e internacional do período em escrutínio. No segundo capítulo é exposta a metodologia adotada, onde se define o desenho de investigação, o modelo analítico e os vetores de análise aplicados às fontes primárias. Por fim, o terceiro capítulo consiste na apresentação e análise sistemática dos resultados obtidos. A investigação encerra com a apresentação das principais conclusões e recomendações.

CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Historiografia, hermenêutica e interpretação

Fundamentando-se numa investigação de pesquisa histórica, o objetivo primordial deve repousar na compreensão, com o maior grau de verosimilhança, de um acontecimento do passado (Santos & Lima, 2019). As fontes apuradas contribuem para um contexto substancial na compreensão das possíveis reações e adaptações das estratégias e mentalidades à introdução da bomba atômica (BA) no quadro geopolítico (Neustadt & May, 1986).

Segundo Marin (2011), a historiografia refere-se à produção escrita sobre temas históricos, abrangendo diversas formas de escrita no decorrer da história, desde a antiguidade até à era moderna. A análise historiográfica permite uma compreensão crítica das condições culturais e temporais que influenciam a produção histórica, destacando-se a importância de refletir sobre os mecanismos de seleção e interpretação aplicados nos respectivos objetos de estudo.

Para a elaboração de trabalhos desta natureza, o autor recomenda métodos específicos que auxiliam o investigador. A pesquisa documental, bem como bibliográfica, a análise interdisciplinar, de forma a envolver diversas áreas do conhecimento (cultura, antropologia, sociologia, educação, entre outros) para uma compreensão mais detalhada dos fenômenos históricos e, por último, o estudo de caso, em que se procede à contextualização de toda a informação recolhida com o objeto estudado, com o propósito de detalhar os dados de forma minuciosa.

Urge realçar a relevância da hermenêutica e, conseqüentemente, da interpretação pragmática, com a finalidade de conceber uma maior profundidade e enquadramento teórico do assunto em análise. A hermenêutica, como teoria e metodologia da interpretação, particularmente de textos escritos, permite decifrar o significado e as intenções subjacentes aos artigos apreciados. Gadamer (1989) argumenta que a sua compreensão não consiste apenas na recuperação das intenções originais dos autores, mas numa fusão entre o passado e o futuro. Esta conduta permite uma cognição do contexto original das produções literárias, mas também da sua relevância contemporânea.

A interpretação pragmática, por sua vez, enfatiza o contexto e as respetivas conseqüências práticas das interpretações, focando-se no impacto real que as percepções suscitarão. Fish (1980) destaca a importância da determinação das especificidades em que

os textos são usados, uma vez que, segundo a interpretação pragmática, são considerados os efeitos das percepções relativas ao comportamento e decisões dos leitores. Esta abordagem é particularmente relevante na análise documental das revistas militares portuguesas, no período definido, dado que as interpretações dos textos podem incorrer numa influência direta no processo de tomada de decisões no âmbito da política e da estratégia de defesa nacional (Smith, 2007).

Relativamente à literatura existente, não se verificam estudos que abordem diretamente o objeto de estudo. Este fator deriva, em parte, da peculiaridade do assunto, que incide na caracterização e categorização do pensamento de um determinado grupo, através da avaliação e compreensão qualitativa de obras produzidas por elementos do mesmo, mas também por se delimitar segundo um intervalo específico na história, restrito no tempo, diminuindo a afluência de investigadores produtores de literatura neste tópico.

De modo a colmatar esta escassez literária, surge a necessidade de abordar o tema segundo um molde de cariz indireto, que consiste no estabelecimento de comparações entre os argumentos e considerações dos militares portugueses face à utilização da arma atómica, transcritos nas revistas militares, e investigações que abordam, de modo mais abrangente, a caracterização generalizada do pensamento militar na época em análise.

Ao determinar comparações entre estes domínios, torna-se possível a identificação lógica, tanto de continuidades como divergências, elucidando a complexidade do pensamento militar português sobre a AN e o seu papel estratégico durante a fase preambular da GF. Estudos como os de Howell e Prevenier (2001) detalham métodos e técnicas para lidar com a escassez de fontes diretas, sugerindo desta forma o uso de fontes alternativas e a interpretação crítica de documentos fragmentários. Os investigadores Carr (1961) e Tosh (2015) também abordam a problemática da carência de literatura incidente no tema, sugerindo um tratamento mais amplo que compense esta lacuna específica, fomentando a utilização de abordagens comparativas que auxiliem na construção de uma base sólida de pesquisa.

Segundo Alexandre (2000), a análise do pensamento militar deve considerar as influências culturais, políticas e estratégicas que moldam posteriormente as tomadas de decisão no âmbito nacional e internacional. Considerando a necessidade de dissecar as perspetivas relativas ao pensamento militar português neste período, com o intuito de deduzir num esquema lógico e claro, comparando estudos existentes sobre o pensamento militar português e as reflexões encontradas nas revistas militares do período referido, os autores são analisados e consecutivamente agrupados segundo diferentes vetores de investigação.

1.2. Contextualização histórica

A segunda metade do século XX foi marcada pela consolidação de uma nova ordem geopolítica, mediante a qual a ameaça nuclear demonstrou um relevante elemento no contexto da estratégia militar global. A GF, implantada logo após o final da Segunda Guerra Mundial, deu origem a uma corrida armamentista que, para além de redefinir conceções estratégicas nas relações internacionais, obrigou os Estados a ajustarem as suas doutrinas competentes à defesa (Freedman, 2003).

Para uma melhor compreensão da presente investigação, efetuou-se uma divisão dos fenómenos ocorrentes neste estágio em três períodos distintos que, salvo o seu destaque na conjuntura das circunstâncias históricas, representam um papel crucial no âmbito metodológico.

1.2.1. 1945-1949: Era nuclear

Com os bombardeamentos de Hiroshima e Nagasaki, em 1945, o elevado montante de destruição e óbitos causados pelas BA fabricadas pelos Estados Unidos da América (EUA) levou o Japão a anunciar a sua rendição incondicional a 15 de agosto de 1945 e, consequentemente, ao culminar oficial da Segunda Guerra Mundial. De acordo com Tannenwald (2007), o encerramento deste marco apenas iluminou o caminho para uma panóplia de conflitos cujos, dada a semelhança de fundamentos disputados observada em cada um deles, convergiram posteriormente para uma designação mais abrangente, denominada GF (Neustadt & May, 1986).

Nos primeiros anos do pós-guerra, os EUA e a União de Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), as duas maiores potências globais, divergiram rapidamente nos espetros político, económico e social. Com a divisão da Europa, incidindo principalmente na Alemanha, cuja parte oriental ficou sob o controlo soviético e a fatia ocidental perante a coordenação dos restantes aliados (Maxwell, 1995), passou a estar visível a linha que separava os dois blocos antagónicos que rapidamente se formavam, a denominada cortina de ferro.

Foi fundada, no mesmo ano, a Organização das Nações Unidas (ONU), e logo se seguiram propostas que ambicionavam o controlo da proliferação nuclear, porém rejeitadas pela Rússia, como é o exemplo do plano Baruch (Wellerstein, 2021), que propunha que a totalidade das AN ficassem sob controlo internacional através de um organismo da ONU.

Rosas (2010) menciona que, ao lançar um vasto programa de recuperação económica para a Europa Ocidental, traduzindo-se este no Plano Marshall, em 1947, e declarar apoio a qualquer país ameaçado pelo comunismo, segundo a política de contenção de influência soviética assimilada por Truman, no mesmo ano, a popularidade e a adesão a estes apoios tornava-se aliciente para os membros da esfera comunista, o que, em 1948, desencadeou o bloqueio do acesso terrestre a Berlim Ocidental por parte da URSS.

A União Soviética, no decorrer deste intervalo, executou um programa nuclear intensivo (Judt, 2006), mediante o qual se observaram os resultados na primeira explosão nuclear da URSS em 1949, colocando assim um término no monopólio de poder total dos EUA e iniciando a corrida ao armamento nuclear. Isto gerou, de acordo com Gray (1999), um ambiente de equilíbrio instável e de ameaça permanente, alterando a visão alusiva à estratégia militar internacional, que incidiu predominantemente numa lógica de dissuasão e destruição mútua assegurada.

1.2.2. 1950-1954: Expansão estratégica

A década de 1950, de acordo com Gaddis (2005), foi marcada por um forte agravamento das tensões entre os blocos oriental e ocidental, impulsionado decisivamente pela progressiva corrida ao armamento nuclear, bem como pelo primeiro conflito relevante que despoletou em 1950, a Guerra da Coreia.

Os EUA responderam rápida e decisivamente face ao recente sucesso da URSS relativo à criação de AN idênticas, contrabalançando o progresso soviético com a génese da bomba de hidrogénio, em 1952, ou termonuclear, cuja capacidade destrutiva se asseverava profundamente superior (Rhodes, 1995). Porém, somente um ano depois, a URSS concretizou a mesma obra, com o seu próprio teste de uma bomba semelhante, assegurando assim a sua determinação na paridade estratégica com os EUA (Holloway, 1994).

A crescente sofisticação do armamento nuclear consolidou a conceção de que qualquer confronto que se observasse entre as duas superpotências teria consequências catastróficas e devastadoras, fator que levou ao fortalecimento de doutrinas de dissuasão nuclear (Schelling, 1966). Simultaneamente, como aufere Leffler (1992), no decorrer deste estágio verificou-se um aumento gradual da militarização e do policiamento externo das superpotências, procurando não só uma expansão dos seus arsenais nucleares, mas um alargamento de influências ideológicas pelo mundo.

A Guerra da Coreia, o primeiro conflito armado causado por estas divergências, teve início em 25 de junho de 1950 com a invasão da Coreia do Norte, apoiada militarmente pela URSS e pela China, à Coreia do Sul (Cumings, 1981). Em resposta, os EUA, sob a égide da ONU, intervieram com poderio militar com a finalidade de conter a agressão comunista.

Até então, os EUA baseavam a sua segurança em superioridade nuclear, no entanto, a Guerra da Coreia demonstrou que os conflitos futuros não seriam impreterivelmente de caráter nuclear (Gaddis, 1982). Em adição, encaminhou os EUA para o reforço da OTAN, bem como para a adoção de uma estratégia mais intervencionista, defendendo que o comunismo não devia ser travado apenas mediante a dissuasão nuclear, mas também pela intervenção militar direta em conflitos regionais (Leffler, 1992).

Em 1952, a OTAN anunciou oficialmente que a defesa da Europa Ocidental se traduziria numa resposta nuclear imediata a qualquer ataque soviético (Heuser, 1997), sendo que os EUA deram início a um processo de posicionamento de AN em pontos estratégicos europeus, aumentando assim a pressão nuclear sobre os seus aliados, que passaram a ter de se preparar para um possível confronto nuclear direto no seu território (Norris & Kristensen, 2007).

Em contramedida, a URSS redarguia a esta nova afluência capitalista consolidando os regimes comunistas do Bloco de Leste, como são exemplo a Polónia, Hungria e Bulgária (Applebaum, 2012), e garantindo o apoio militar e técnico em revoluções socialistas, como é o caso da China, com Mao Tse-Tung a desenvolver um numeroso e habilitado exército (Zubok & Pleshakov, 1996). Compreendendo a clara vantagem que os EUA revelavam com a posse de bombas nucleares em locais estratégicos, priorizaram o investimento para o desenvolvimento de mísseis balísticos intercontinentais (ICBMs), capazes de atingir alvos sem a necessidade de bases próximas (Podvig, 2001).

1.2.3. 1955-1960: Consolidação e retaliação

Segundo Westad (2017), este período foi caracterizado pela consolidação de doutrinas nucleares, pela intensificação da corrida ao armamento nuclear e pela crescente polarização entre os blocos ocidental e soviético.

Face à crescente integração militar da OTAN, a URSS deu origem, em 1955, ao Pacto de Varsóvia, uma aliança militar entre países europeus que se traduzia numa extensão do Bloco de Leste. Este pacto não garantia plena autonomia aos seus Estados-membros,

manobrava antes como um instrumento de controlo sobre os países comunistas da Europa Oriental (Applebaum, 2012).

Em 1957, foi adotada nos EUA a Doutrina da Retaliação Massiva (Gaddis, 2005), política que garantia que qualquer ataque por parte da URSS contra os EUA ou um dos seus aliados reverteria numa resposta nuclear em larga escala, que, por sua vez, visava cidades e infraestruturas estratégicas, para além das forças inimigas. Esta baseava-se no conceito da dissuasão, na ambição de que um inimigo, sabendo que tal se repercutiria na sua destruição imediata, não concretizaria nenhum ataque.

Contudo, a URSS começou de igual modo a desenvolver as suas próprias estratégias de dissuasão nuclear e a expandir rapidamente o seu arsenal, aumentando a tensão internacional e ampliando o perigo de uma guerra total (Fursenko & Naftali, 2007). De acordo com Taubman (2004), um dos seus planos mais influentes – por ter provocado impacto direto na totalidade do contexto estratégico internacional, mostrando a sua clara capacidade tecnológica para o desenvolvimento de mísseis de longo alcance capazes de transportar ogivas nucleares –, foi o lançamento do Sputnik, em 1957 (Dickson, 2001), o primeiro satélite artificial a entrar em órbita terrestre, marco incipiente da corrida espacial.

Interpretando-o como de tom provocador, os EUA retorquiram com o lançamento do programa espacial da organização *National Aeronautics and Space Administration* (NASA) e um reforço significativo na pesquisa e desenvolvimento de mísseis intercontinentais (Divine, 1993). No final da década de 1950, percebendo que o plano de retaliação massiva não era suficiente para garantir a segurança global, o Presidente Dwight Eisenhower, juntamente com os seus conselheiros militares, consideraram estratégias alternativas que mais tarde resultariam na Doutrina da Resposta Flexível, colocada em vigor na década de 60 (Dockrill, 1996). Este princípio compreendia uma banda de renovadas estratégias, que consistiam principalmente no desenvolvimento de sistemas de alerta antecipado, de modo a facilitar a deteção de ataques nucleares soviéticos (Freedman, 2003), a expansão das forças convencionais e o aumento de medidas de cooperação com os países da OTAN (Kaplan, 1991).

Em síntese, neste estágio, a progressiva militarização da política internacional transparecia que qualquer conflito regional poderia escalar para um confronto nuclear, estendendo a criação de novas doutrinas bélicas. A GF entrava, assim, num estado de tensão sem precedentes, cujo equilíbrio de poder se baseava na ameaça de destruição total (Craig & Logevall, 2009).

1.3. Contexto político português

O contexto estratégico português entre 1945 e 1960 caracterizou-se por uma gradual, porém decisiva tomada de consciência relativamente às implicações da AN, sendo esta moldada pela conjectura geopolítica internacional emergente da GF.

Concluída a Segunda Guerra Mundial, entre 1945 e 1949, Portugal foi o palco para diversos movimentos conspiratórios destinados à alteração do regime salazarista vigente, porém, essas tentativas não obtiveram sucesso, devido em grande parte à habilidade política de Salazar e o apoio de figuras influentes, quer nacionais, quer internacionais.

Apesar da sobrevivência do regime à onda de democratizações do pós-guerra, “Portugal atravessará um período de marginalização internacional e de alguma indefinição na sua política externa” (Teixeira, 2003, p. 56), dado que as pretensões coloniais de Salazar não se alinhavam com a ideologia de autodeterminação dos povos, dogma fundamental da ONU. Contudo, embora Portugal tenha inicialmente recusado a adesão ao Plano Marshall em 1947, essa posição foi revista por Salazar no ano seguinte. A crescente deterioração das finanças públicas e da balança de pagamentos, aliada ao novo cenário internacional marcado pelo início da GF, levaram o regime a reconsiderar a sua postura. Assim, em 1948, o país acabou por integrar a segunda fase do programa de assistência económica promovido pelos Estados Unidos (Rollo, 1994).

A política externa portuguesa passou por portentosas mudanças, sobretudo com a aproximação inicial dos EUA, em consequência do Acordo de Santa Maria, assinado em 1944, que permitia aos EUA a utilização da base militar das Lajes, nos Açores, de importância vital durante o conflito e mantida após o fim deste, reforçando a relação bilateral entre os dois países (Marques, 2023). Contudo, a partir de 1948, diferenças políticas relativas às pretensões portuguesas alusivas à manutenção do Império Colonial Português deram origem a tensões entre Lisboa e Washington, dificultando momentaneamente a sua cooperação estratégica.

Este impasse apenas foi ultrapassado com a adesão de Portugal à OTAN, alinhando-se ideologicamente com o bloco ocidental e integrando-se nas suas estruturas em 1949, decisão que, como anuncia Teixeira (2006), desempenhou um papel preponderante na evolução da sua política de defesa e no pensamento estratégico.

A adesão de Portugal à Aliança trouxe, naturalmente, impactos nas estruturas militares e políticas de defesa do país. Expectava-se que o apoio militar dos Estados Unidos fosse essencial para a modernização das FFAA portuguesas, o que se concretizou nos anos

seguintes através de um acordo de assistência mútua. Segundo Teixeira (2004), esse processo de profissionalização e atualização ocorreu juntamente com um isolamento da própria instituição, que se enclausurou em si mesma, com uma diminuição da influência militar nas questões políticas.

No decorrer dos anos seguintes foram assinados acordos de relevo. Em 1951, a assinatura do acordo bilateral com os EUA, *Mutual Defense Assistance Program*, permitiu um significativo apoio americano na modernização e aquisição de materiais e equipamentos para as FFAA (Rocha, 2013). No mesmo ano, ocorreu a reforma constitucional que passou a designar as colónias como províncias ultramarinas, reforçando juridicamente o conceito do império.

Refere Rocha (2013) que a adesão de Portugal à ONU, em 1955, embora não isenta de controvérsias devido às questões coloniais que ganhavam destaque internacionalmente, foi significativa para o contexto internacional, na medida em que se fortalecia a sua legitimidade diplomática. Em adição, a renovação do Acordo das Lajes, em 1957, com os EUA foi responsável pela ampliação das facilidades concedidas a Portugal concernentes ao seu alinhamento militar e estratégico com o ocidente.

O regime do Estado Novo adaptou-se às circunstâncias internacionais na GF, modernizando as FFAA dentro das suas limitações internas. Explica Mendes (2009) que Salazar utilizou estrategicamente a ameaça nuclear para justificar uma robusta política de defesa nacional, procurando equilibrar internamente as perceções sobre os riscos e benefícios do alinhamento nuclear com os aliados ocidentais. Associadamente, refletiu-se uma preocupação constante com a estabilidade política das colónias ultramarinas, num cenário internacional cada vez mais polarizado e crítico face ao colonialismo português.

Paralelamente, este alinhamento trouxe consigo implicações imediatas para a estratégia nacional, que passou a refletir uma crescente preocupação com a possibilidade de conflito nuclear na Europa e com a segurança do espaço atlântico, especialmente devido ao valor estratégico dos Açores como ponto essencial para operações militares da OTAN e dos EUA (Marques, 2023).

Incidindo no plano nacional, o regime do Estado Novo, liderado por António de Oliveira Salazar, procurou estabelecer um equilíbrio delicado entre o compromisso com os aliados ocidentais e a defesa intransigente da soberania nacional, especialmente no contexto das colónias portuguesas. Esta posição, conforme argumenta Tavares (2021), exigia a manutenção de uma estratégia de defesa suficientemente flexível de modo a permitir a

autonomia definitiva nacional e evitar qualquer risco desnecessário de confrontação direta com a URSS, embora garantindo a participação efetiva no esforço defensivo da OTAN.

Em síntese, entre 1945 e 1960, Portugal desenvolveu uma política externa pragmática, pautada pela assinatura de tratados e acordos estratégicos essenciais à sua conservação no cenário internacional. Esta janela foi representada por um constante esforço para equilibrar a sua autonomia política e colonial com as alianças estratégicas, em especial no contexto da ameaça nuclear da GF.

CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA

2.1. Desenho da investigação

Perante o tema proposto, o presente trabalho de investigação visa contribuir para uma pesquisa histórica incidente na compreensão dos significados atribuídos à AN pelos militares portugueses, portanto, terá como visão epistemológica o interpretativismo, paradigma em que a realidade é socialmente construída, baseada em discursos e narrativas disponíveis nas fontes documentais que, após a devida análise, refletem concepções subjetivas sobre o panorama coletivo. Guba e Lincoln (1994) sublinham que a realidade é construída socialmente e depende do contexto, bem como da interpretação dos indivíduos que a experienciam. Ao invés de procurar leis universais que justifiquem determinada temática, o interpretativismo privilegia a compreensão contextual e hermenêutica dos fenómenos sociais.

Considerando a abordagem de pesquisa, a mesma será realizada de acordo com o método indutivo, na medida em que a investigação parte da análise empírica de fontes documentais (revistas militares portuguesas, na sua generalidade) para a construção de inferências alusivas ao modo como foi percebida a AN no decorrer da janela temporal já identificada. Thomas (2011) argumenta que a abordagem indutiva permite que teorias surjam a partir dos dados observados, em vez de serem impostas inicialmente. Esta adequa-se particularmente a investigações históricas e interpretativas, sendo que o investigador desenvolve conceitos e chega à compreensão dos fenómenos a partir de padrões encontrados nos dados observados (Santos & Lima, 2019).

Devido à índole consultiva que caracteriza o OG, sujeito à necessidade de enquadramento teórico, torna-se essencial a aquisição de literatura existente relativa ao pensamento estratégico dos militares no período delimitado entre 1945 e 1960, sendo que a revisão historiográfica e a análise hermenêutica das revistas militares são essenciais para a compreensão das complexidades do assunto (Gadamer, 1989).

Dado que a principal fonte de dados consiste em revistas militares publicadas entre 1945 e 1960, a análise documental surge como estratégia mais adequada para examinar narrativas institucionais, vocabulário estratégico e representações ideológicas. A mesma, segundo Bowen (2009), constitui um procedimento sistemático para examinar documentos físicos e digitais com o intuito de extrair significado. Em adição, tratando-se de uma investigação de natureza histórica, a estratégia documental agiliza a reconstrução do

contexto político e militar da época, permitindo identificar e caracterizar a evolução do discurso alusivo à arma atômica.

A literatura recolhida e utilizada neste trabalho foi meticulosamente selecionada a partir de bases de dados académicas, bem como de obras publicadas especializadas na temática abordada, para obter um maior fundamento tanto de processos metodológicos, como de perspetivas críticas inerentes a relatos históricos, com a finalidade de assegurar a relevância dos argumentos apresentados.

Neste seguimento, importa referir a perspetiva de Creswell (2013), que considera que a investigação qualitativa parte de pressupostos teóricos e sujeitos a observação, que posteriormente orientam o estudo dos fenómenos sociais. Neste contexto, proceder-se-á a investigação segundo as bases estruturantes do método único de cariz qualitativo, pois tende a compreender a realidade social das pessoas, grupos e culturas e explorar comportamentos e perspetivas dos indivíduos (Santos & Lima, 2019), sem recurso à quantificação dos dados. Este método permite uma avaliação profunda e contextualizada incidente nos discursos e perceções obtidos nos dados adquiridos, focando-se em diversos aspetos como a linguagem, metáforas, tom e transformação semântica. A opção por uma metodologia exclusivamente qualitativa revela-se coerente com o objetivo da investigação, que se define pelo entendimento e indagação de significados e não pela medição de frequências.

Como sublinha Ruspini (2002), a investigação longitudinal caracteriza-se pela observação contínua de um ou diversos fenómenos no decurso de um intervalo de tempo prolongado. A natureza longitudinal da investigação permite acompanhar a evolução da receção e entendimento estratégico da AN ao longo de um período de 15 anos, que nasce no final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e culmina em 1960. Este horizonte é crucial para a denotação de mudanças discursivas, reações ao contexto internacional e o impacto de acontecimentos específicos na forma como a questão nuclear foi abordada pelas elites militares do país.

Quanto à técnica utilizada para a recolha e exploração de dados, opta-se pela análise de conteúdo temática, que permite identificar, codificar e organizar temas recorrentes e padrões discursivos nas fontes documentais (Braun & Clarke, 2006). Este procedimento apropria-se a trabalhos de cunho qualitativo cujo cariz se demonstra textual e histórico, pois consente a extração de significados de forma sistemática e interpretativa dos dados observados.

Visando facilitar a compreensão do panorama geral, apresenta-se de seguida um esquema visual com os principais eixos metodológicos da investigação.

Quadro nº1 - Eixos metodológicos da investigação

Eixo	Paradigma Epistemológico	Abordagem Científica	Tipo de Investigação	Método de Investigação	Procedimento Temporal	Técnica de Análise
Descrição	Interpretativismo	Indutiva	Análise documental	Qualitativo	Longitudinal	Análise de conteúdo temática

2.2. Modelo de análise

Considerando a necessidade da obtenção de uma abordagem flexível e abrangente que permita explorar contextos históricos, sociais e políticos variados, justifica-se a seleção do método narrativo para a construção da revisão de literatura.

De acordo com Booth, Sutton e Papaionnou (2016), a revisão narrativa é ideal para sintetizar as informações de modo a permitir uma compreensão mais ampla e interpretativa dos temas. Esta abordagem é especialmente relevante quando se considera a complexidade e a interdisciplinaridade do objeto de estudo, exigindo por esta razão a integração de múltiplas perspetivas, provenientes de diversas fontes. Ridley (2012) e Alves (2015) destacam que a revisão narrativa oferece liberdade para incluir uma variedade de fontes e abordagens, sendo que se destaca como crucial na competência de temas de componente histórica e interpretativa. Em adição, Hart (2018) reforça que a revisão narrativa proporciona o detalhe em discussões detalhadas relativas às teorias e contextos que moldam o entendimento de um determinado tema, sendo, por isso, essencial para uma análise profunda de índole histórica.

Telegraficamente, este processo de enquadramento teórico apresenta-se como o mais adequado para investigar as perceções estratégicas dos militares portugueses sobre as AN e fornecer um quadro, compreensivo e interpretativo, das complexidades envolvidas no estudo das mesmas.

Como já estipulado, o cerne desta investigação almeja fornecer resposta à seguinte pergunta:

PP: De que forma foi recebida a AN e, conseqüentemente, formalizado o seu entendimento estratégico pelos militares portugueses no período definido entre 1945 e 1960?

A necessidade de desdobrar esta pergunta em questões mais específicas decorre da complexidade do tema. Segundo Quivy & Campenhoudt (2008), a subdivisão de uma

questão de investigação em perguntas derivadas (PD) permite uma análise mais detalhada e segmentada, tornando o estudo mais exequível e metódico. A percepção dos militares portugueses sobre este novo paradigma de guerra pode ter sido influenciada tanto pelo contexto nacional como pelos desenvolvimentos internacionais da época. Assim, importa questionar:

PD1: Qual a classificação estratégica – ofensiva, defensiva ou dissuasora – atribuída à AN pelos militares portugueses nas revistas analisadas?

PD2: Qual o sentimento predominante – positivo, negativo ou neutro – nas percepções dos militares portugueses face à AN, conforme expressas nas revistas, e que argumentos o sustentam?

PD3: Que evidências de proposta, reflexão ou necessidade de adaptação doutrinária são identificáveis nas revistas relativamente à introdução da AN no contexto estratégico nacional?

A resposta a estas questões permitirá enquadrar a forma como o pensamento militar português se desenvolveu face à ameaça nuclear, possibilitando uma análise aprofundada das influências estratégicas, políticas e doutrinárias que moldaram a percepção dos militares portugueses durante este período. Esta investigação contribui, assim, para um maior entendimento da forma como Portugal interpretou e reagiu ao novo paradigma nuclear, inserindo-se no debate mais amplo sobre a evolução do pensamento militar no decorrer da GF.

Debruçando-nos sobre a apreciação das conotações relativas às AN, estas podem ser compreendidas de acordo com os vetores, todos eles interdependentes, apresentados nos seguintes subcapítulos.

2.2.1. Classificação estratégica

Em primeiro lugar, manifesta-se a importância de aferir o modo como os oficiais das FFAA classificam a utilidade estratégica da AN. Refere Freedman (2003) que a análise estratégica deste armamento deve considerar tanto os aspetos militares diretos, quanto os efeitos psicológicos e políticos de maior amplitude. Estas considerações possuem elevado valor apreciativo, essencialmente, devido ao estatuto e poder no que compete à tomada de decisão, bem como ao grau de influência dos produtores de conteúdos relativos ao tema sob investigação, uma vez que podem demonstrar interferência em diferentes fatores como a

adoção de políticas de defesa, a alocação de recursos, o estabelecimento de relações internacionais e a doutrina militar.

Consequentemente, argumenta o autor que a classificação das AN em categorias distintas promove a melhor compreensão das percepções e utilização das mesmas pelos estrategos militares. Deste modo, a fim de englobar estes fatores intervenientes na avaliação das AN, procede-se à sua divisão segundo três dimensões principais, caracterizando-as como ofensivas, defensivas ou de dissuasão.

Relativamente às percepções que categorizam as armas como sendo de índole ofensiva, a sua utilização é observada com o objetivo de obter superioridade estratégica, não apenas na destruição do inimigo, mas também no domínio psicológico, considerando prioritário o desenvolvimento de capacidades nucleares de ataque e o impacto moral (Gray, 1999), tanto nas FFAA, como na população em geral. Este impacto pode revelar um aumento da agressividade da mentalidade, como também uma consequente maior aceitação de proatividade em ações militares no âmbito nacional e, em contrapartida, ao incremento da sensação de medo e resignação no espetro internacional.

Quanto à ótica defensiva, a interpretação das AN como um meio de defesa implica a sua utilização na proteção do território nacional contra ameaças à sua soberania, o que reforça a necessidade de sistemas de defesa robustos e estratégias de resposta rápida. Jervis (1989) destaca que a postura defensiva nuclear é muitas vezes interpretada como uma procura de estabilidade e proteção, em contraste com as intenções agressivas associadas às doutrinas ofensivas. Em adição, uma conduta defensiva pode ser facilmente vista como legítima e justificável, ao promover a imagem de preocupação do país com a sua segurança e integridade, abstendo-se de intenções hostis.

No que compete à perspetiva de dissuasão, classificar as armas segundo esta orientação significa que a sua utilização se restringe na prevenção de conflitos através da ameaça de retaliação. Consiste na tentativa de influenciar a postura militar e as políticas de segurança, ou seja, a estabilidade é promovida através do medo de um ataque nuclear retaliatório. Afirmo Schelling (1966) que a dissuasão nuclear se baseia no paradoxo da ameaça de uso para evitar a sua utilização por outras partes, criando assim um ambiente onde a ameaça de retaliação desencoraja a agressão. A manutenção de uma força nuclear mínima, mas eficaz, com investimentos equilibrados entre capacidades ofensivas e defensivas, pode proporcionar um equilíbrio psicológico e moral em que a população, nacional ou internacional, entende a adoção destas armas, mas também os riscos envolvidos.

2.2.2. Sentimento geral

Tannenwald (2007) descreve que a análise qualitativa dos sentimentos transcritos pelos militares pode revelar motivações e receios subjacentes às suas decisões estratégicas. Para um maior aprofundamento da avaliação qualitativa correspondente ao caráter emocional que os autores, sob estudo nas revistas militares, demonstram relativamente às consequências das AN a curto, médio e longo prazo, bem como o sentimento predominante relativamente às mesmas, de modo a facilitar a compreensão da sua aceitação, bem como da resistência que provocam, este vetor engloba a dimensão de natureza otimista (positivismo), bem como a de cunho pessimista (negativismo), destacando-se novamente por se tratarem de fatores influenciadores nas esferas da política e da estratégia.

De acordo com o sentimento decorrente do positivismo, deduz-se a crença de que as AN promovem benefícios para a segurança nacional, aumentando a tendência para a adoção de políticas direcionadas para a aquisição e o desenvolvimento de capacidades nucleares. Waltz (2012) e Wellerstein (2021) alegam que este tipo de armamento se caracteriza pelo seu efeito estabilizador nas relações internacionais, visto que desencorajam ações precipitadas. Já Gray (1999) aponta que a capacidade de realizar retaliações devastadoras com arsenais nucleares pode originar um equilíbrio de poder estável, assegurando a paz. Nesta base de pensamento, é passível a adoção de uma postura mais assertiva e agressiva, com decisões voltadas para a demonstração de força e poder, a criação de um ambiente favorável para o desenvolvimento e posterior manutenção de um arsenal nuclear sustentado em políticas de defesa e, num espectro de maior amplitude, o fortalecimento de alianças com outros países cuja visão sobre a utilidade e necessidade de armamento nuclear seja semelhante.

Incidindo na dimensão negativista, um sentimento pessimista, no que respeita à perceção das AN, fomentado por intermédio de preocupações relativas à segurança, ética e moralidade do uso das mesmas, pode dar origem a políticas de contenção, controlo e desarmamento, cujo foco surge da redução de riscos e na promoção da segurança global. Como destaca Sagan (1996), o medo de uma guerra nuclear e das suas consequências devastadoras promove políticas de controlo de armamento e desarmamento, sustentadas pela ideia de que a segurança nacional só pode ser alcançada através da redução do arsenal nuclear. Naturalmente, esta postura traduz-se pelo seu cariz cauteloso e defensivo, que incide na prevenção de conflitos e, conseqüentemente, na mitigação de riscos.

2.2.3. Adaptação doutrinária

Este vetor, selecionado como categoria analítica nesta investigação, visa avaliar se os militares portugueses, entre 1945 e 1960, propuseram alterações às doutrinas militares e táticas de combate face à emergência da AN, ou se mantiveram as concepções estratégicas pré-existentes. Permite-se, por conseguinte, identificar a presença ou ausência de reflexões sobre a necessidade de reformular conceitos operacionais, estruturas de comando ou estratégias de emprego de forças, em resposta à realidade estratégica imposta pelo armamento nuclear.

A análise doutrinária assume particular relevância em contextos de transformação tecnológica e geopolítica, pois, como sublinha Caforio (2006), a doutrina militar traduz a forma como as FFAA percebem e se preparam para os desafios contemporâneos. Contudo, a ausência de alterações explícitas também constitui um dado relevante, na medida em que pode refletir resistência, prudência ou uma leitura particular da ameaça nuclear.

Com a identificação de propostas concretas ou de argumentos que reforcem a doutrina vigente permite-se traçar um quadro do grau de permeabilidade das FFAA às mudanças estratégicas no decurso do pós-guerra. Logo, este vetor contribui para compreender as linhas de raciocínio que o pensamento militar português da época assimilou face aos desafios colocados pela nova era nuclear.

CAPÍTULO 3 – UMA LEITURA DA RECEÇÃO DA ARMA NUCLEAR EM PORTUGAL (1945-1960)

3.1. Classificação estratégica

A presente secção incide sobre o molde pelo qual os autores das revistas militares portuguesas, entre 1945 e 1960, classificaram estrategicamente a AN. A análise considera três categorias principais de enquadramento: ofensiva, defensiva e dissuasora. Esta distinção permite compreender não apenas a função operacional atribuída ao armamento atómico, mas também as conceções estratégicas predominantes no pensamento militar da época.

Ao identificar se a arma é classificada como instrumento de ataque, meio de proteção territorial ou elemento dissuasor, é possível perceber como os militares portugueses interpretavam a sua utilidade no contexto da GF. A forma como a AN era concebida refletia diretamente as preocupações com a soberania nacional, a estabilidade internacional e o equilíbrio de poder entre blocos.

3.1.1. Do entusiasmo ofensivo à emergência dissuasora

Os primeiros autores a abordar a BA nas revistas militares portuguesas tendem a classificá-la predominantemente como uma arma ofensiva, associada ao choque, à destruição e à submissão do adversário. Esta perceção está fortemente ligada à eficácia observada nas campanhas americanas contra o Japão.

O Major Baptista Barreiros (1945, p. 517), no artigo *Migalhas de Tática*, oferece uma reflexão que, apesar de centrada na artilharia regimental, evidencia a transformação estratégica imposta pela BA, tornando “velhos de mil anos os mais modernos armamentos e procedimentos táticos”. Ao afirmar que “a primeira bomba, reduzindo Hiroshima a um montão de destroços, arruinou também os fundamentos da resistência japonesa”, reconhece-se não só o poder de destruição, mas sobretudo o seu impacto no colapso da vontade de resistir, elemento central da guerra ofensiva.

No ano seguinte, o Vice-Almirante Botelho de Sousa (1946, p. 11) reforça essa leitura no artigo *A Dois Anos do Centenário*, ao sublinhar que o lançamento das bombas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki “obrigou o Japão a pedir imediatamente a paz”, sublinhando a sua eficácia estratégica. A conclusão é inequívoca: a BA é uma arma de submissão estratégica, cuja eficácia reside na sua capacidade de provocar rendição. Esta visão

enquadra-se numa lógica ofensiva pura, onde a ameaça e o emprego da força visam o colapso total do inimigo.

Entre os contributos mais sofisticados destaca-se o artigo *Aviação de Bombardeamento*, da autoria do Tenente-Coronel Humberto Delgado. O autor articula a eficácia da BA com a validade das doutrinas de aviação, sublinhando o poder destruidor e psicológico da aviação sobre centros vitais. Refere que a introdução da BA retirou a possibilidade de combater a potências ainda militarmente operacionais (Delgado, 1946). Esta formulação posiciona claramente o armamento nuclear como arma ofensiva de primeira linha, cuja ameaça e emprego visam impedir qualquer resposta militar significativa por parte do adversário. Embora reconheça o potencial dissuasor, a tónica recai sobre o poder de decisão ofensivo.

Esta visão é partilhada por outros autores nos anos seguintes. O Capitão Hermes Oliveira (1948, p. 643), no artigo *A Infantaria na Guerra Futura*, descreve a BA como instrumento ofensivo essencial, capaz de abrir caminho à fase inicial do conflito por via de uma “guerra aérea - conduzida integralmente pelas armas atómicas”. O objetivo é paralisar a retaguarda inimiga e quebrar a sua base nacional, lógica inerente de uma ofensiva estratégica.

Também o General Santos Correia (1949, p. 561), em *Abrigos Subterrâneos*, mantém esta linha de raciocínio. Refere que “as bombas atómicas alcançaram plenamente o seu objetivo: levar o governo japonês à convicção da inutilidade da continuação da sua defesa”, evidenciando a eficácia ofensiva do armamento nuclear. A sua proposta de construção de abrigos como medida doutrinária confirma o reconhecimento do carácter destrutivo e inevitável da nova arma.

Apesar do domínio inicial da perspetiva ofensiva, a progressiva compreensão dos efeitos colaterais da BA e da impossibilidade de defesa eficaz face ao seu impacto vai abrindo espaço a uma interpretação dissuasora. Esta abordagem reconhece que o verdadeiro poder da bomba reside no medo da sua utilização, mais do que na sua aplicação direta.

Botelho de Sousa (1947, p. 341), na obra *Coordenação das Forças Armadas*, sintetiza este raciocínio ao declarar que “no fundo de todas as negociações (...) está o receio das armas de destruição maciça” e que “também desta vez o receio de represálias venha a impedir o seu emprego”. Ainda que não classifique a bomba diretamente, aproxima-se nitidamente da doutrina da dissuasão pelo medo, onde o equilíbrio se constrói sobre a ameaça e não sobre a ação.

No artigo *Uma Afirmação*, o Coronel José Barreira (1947, p. 420) vai ainda mais longe, rejeitando explicitamente qualquer utilidade tática da BA. Considera impossível o seu emprego no campo de batalha, argumentando que “todo o bombardeamento cujos efeitos não podem ser explorados é inútil”, pois as tropas não podem ocupar os espaços atingidos dada a sua radioatividade, concluindo que a AN só pode ser “desencadeada sobre pontos de ocupação futura”. Assim, a arma é eficaz apenas contra alvos estratégicos de retaguarda, o que reforça a sua natureza dissuasora: uma ameaça constante, porém de difícil aplicação prática.

O Brigadeiro Costa Ferreira (1948, p. 148), em *Perspectivas de Guerra Atômica*, reforça esta leitura com um discurso técnico-científico. Embora reconheça que “não se vêem por enquanto meios de defesa eficaz contra a bomba atômica”, observa que a sua posse exclusiva pelos Estados Unidos tem, paradoxalmente, funcionado como elemento de contenção. A sua previsão de um tácito consenso entre potências para limitar o uso da bomba articula-se com a doutrina de dissuasão mútua, antecipando o que mais tarde será teorizado como “equilíbrio do terror”.

Esta linha de pensamento é igualmente partilhada pelo Contra-Almirante Correia Pereira (1948, p. 245), em *A Guerra Futura e as Novas Armas*, quando afirma que “o emprego dela só se fará naturalmente, numa guerra entre nações que a possuam”, prevendo inclusive a possibilidade de uma guerra futura sem o uso da bomba, devido ao medo mútuo, ao reconhecer “que é uma terrível arma que também pode ser utilizada com as mesmas consequências contra quem a utilizar”. Aqui, a dissuasão ultrapassa o domínio militar e entra na esfera da política estratégica.

Nem todos os autores se posicionam de forma clara ou unívoca quanto à classificação estratégica da AN. Alguns textos revelam classificações híbridas ou interpretações em desenvolvimento, refletindo a complexidade do fenómeno.

O Tenente-Coronel Eduardo Pires (1948, p. 562), no artigo *Os Serviços e a Guerra Moderna*, reconhece o papel da BA como parte de um arsenal com elevada capacidade de desorganização, sem desvalorizar os restantes meios militares. Descreve os efeitos da bomba como “uma primeira e ligeira amostra das possibilidades futuras”, sem afirmar categoricamente a sua função como ofensiva ou dissuasora. Esta visão sugere que, para o autor, a AN complementa, mas não substitui, a estratégia clássica.

Por sua vez, o General Ferreira Martins (1948), no artigo *Previsão e Realidade da Bomba Atômica*, introduz uma dimensão ética e humanitária à reflexão estratégica. Embora o texto se centre mais no sentimento geral, é possível inferir uma crítica à lógica ofensiva da

utilização da arma. O autor antecipa que “uma guerra atômica teria como consequência (...) o desaparecimento da espécie humana” (p. 793), advertindo implicitamente para a futilidade estratégica do seu emprego e, por extensão, para a urgência de a conter. A ameaça torna-se, assim, o seu único valor operativo, ou seja, a dissuasão absoluta.

A análise das revistas militares portuguesas entre 1945 e 1949 evidencia uma evolução conceptual clara no que respeita à classificação estratégica da AN. Nos primeiros anos, predomina uma visão ofensiva e instrumental, marcada pela influência do exemplo norte-americano e pela eficácia observada nos bombardeamentos de Hiroshima e Nagasaki. No entanto, à medida que se compreendem melhor os impactos humanitários e as limitações táticas da bomba, emerge uma leitura mais sofisticada, centrada na dissuasão, na ameaça e na contenção.

A presença de autores que recusam a sua utilidade tática, antecipam equilíbrios instáveis e discutem as implicações político-estratégicas do seu uso, revela uma progressiva maturação do pensamento militar português. As posições com maiores nuances como as de Ferreira Martins ou Eduardo Pires abrem caminho a doutrinas futuras em que a AN será tratada mais como instrumento geopolítico do que como arma de campo de batalha.

3.1.2. Esboço de integração na doutrina

Num primeiro momento, imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, a BA era considerada uma arma de uso puramente estratégico. O seu poder destrutivo massivo e a impossibilidade técnica de fabricar engenhos de pequena ou média potência tornavam-na inadequada para o uso tático. Como afirmava o Capitão Kaúlza de Arriaga (1950, p. 357), no artigo *A Descoberta Atômica*, “não podem existir bombas atômicas de médias e pequenas potências”, o que lhes conferia um “caráter exclusivamente estratégico”. Esta impossibilidade de controlo tático significava que a sua utilização se limitava ao nível político-estratégico, visando grandes centros de decisão ou infraestruturas críticas.

O discurso militar evolui de igual modo para a valorização do potencial técnico e operacional das AN. Num estudo realizado pelo Capitão Carmo Dantas (1952), *O Que É a Energia Atômica, Prodigiosa Alavanca de Guerra e Paz nas Mãos do Homem*, explicavam-se detalhadamente os processos de cisão nuclear, os efeitos diretos da explosão e o avanço tecnológico da miniaturização, defendendo que a energia atômica deixaria de ser apenas estratégica para adquirir valor tático e logístico, com aplicações operacionais diretas”. Estas aplicações incluíam, por exemplo, a artilharia atômica e a motorização através de pilhas

nucleares. A energia atômica surgia assim como fator estruturante de uma nova era científica, com implicações militares decisivas.

Debruçando-nos sobre outro artigo, *Influências da Ciência e da Técnica na Guerra*, o Capitão Fernando Valença (1952, p. 28) considera que a energia nuclear passou a ser listada entre os “meios de ação ofensiva ou defensiva (...) que, só por si, podem pesar, decisivamente, no resultado de um conflito internacional”. Esta reformulação introduziu a ideia de que as armas atômicas, embora ainda detendo um poder dissuasor, podiam também ser instrumentos de manobra, exigindo, para isso, o reforço das capacidades científicas nacionais e a sua subordinação à estrutura da defesa.

Já em 1953, no artigo *O Factor Atómico nas Operações de Campanha*, Valença (1953, p. 754) aborda diretamente a aplicação do fator atômico em operações de campanha, afirmando que a sua utilização “poderá vir a apresentar-se como o aspeto essencial e quase exclusivo” (Valença, 1953, p. 754) num conflito futuro. A AN era, neste contexto, assumida como ferramenta integrada na manobra terrestre, empregue para aniquilar concentrações táticas inimigas ou para interditar áreas específicas através da sua contaminação radioativa. Esta visão exigia alterações estruturais nos dispositivos de campanha, na formação dos comandos e nas técnicas de dispersão, mobilidade e proteção.

Em adição, introduz-se pela primeira vez o conceito de guerra radiológica, isto é, o uso de produtos radioativos não em explosões, mas para contaminar zonas de importância operacional ou logística, tornando-as inabitáveis ou impraticáveis (Bettencourt, 1954). Este método de uso indireto da energia atômica, com efeitos psicológicos profundos, reforçava o valor da arma como instrumento dissuasor e de desgaste progressivo.

A consolidação desta perspetiva tática surge com a análise sistemática da *Defesa Atómica* proposta em 1954. Nesse ano, o Tenente-Coronel Miksche (1954) preconiza a criação de “comandos atômicos” (p. 895) compostos por unidades mistas, artilharia atômica, forças convencionais e apoio aéreo, organizados para garantir uma frente defensiva atomizada e flexível. Este modelo baseava-se na ideia de que “sem concentração, não há poder de penetração no ataque” (p. 889), pois “cada concentração se transforma, inevitavelmente, num alvo muitíssimo vulnerável às armas atômicas” (p. 889). O uso tático da AN era, assim, plenamente assumido como parte integrante da doutrina defensiva e ofensiva, devendo condicionar a organização das forças, o planeamento das operações e a conceção do campo de batalha.

Em suma, entre 1950 e 1955, o pensamento militar português testemunhou uma reconfiguração da classificação estratégica da AN. De um instrumento de dissuasão

estratégica, evoluiu para um meio com funções operacionais, capaz de ser integrado em estruturas táticas e em campanhas militares convencionais. Esta transformação refletiu não apenas a evolução tecnológica, mas também a necessidade de ajustar a doutrina à realidade geoestratégica da época, marcada pela bipolaridade e pela corrida armamentista.

3.1.3. Disputa conceptual e crítica à eficácia estratégica

Entre os contributos mais críticos da época, destaca-se Miksche (1956, p. 301) com a sua obra *Desarmamento ou Reorganização*, que questiona a eficácia da dissuasão nuclear como garantia de paz duradoura, porém admitindo que, relativamente à bomba, “a única justificação da sua existência é a de desviar o adversário deste género de guerra suicida”. Afirmo que a existência das AN não pode evitar uma guerra, desvalorizando a capacidade estabilizadora frequentemente atribuída ao equilíbrio atómico. Ainda que reconheça a função dissuasora, considera-a instável, sobretudo perante conflitos convencionais ou periféricos, ao defender que o monopólio outrora dissuasor se perdeu, tornando a “guerra aérea atómica estratégica num anacronismo”.

De igual modo, o Major Serzedelo Coelho (1956, p. 328), no artigo *A Guerra e a Arma Atómica*, evidencia profundo ceticismo quanto à confiança depositada na dissuasão. Rejeita frontalmente a ideia de que o medo mútuo de destruição assegure a paz internacional: “a crença de que o terror da Guerra Atómica possa impedir a terceira Guerra Mundial não tem qualquer base segura”. Para o autor, a AN constitui um fator de destruição em massa sem verdadeiro controlo político-estratégico, reforçando a instabilidade global em vez de a mitigar.

Por outro lado, encontram-se leituras que atribuem à arma atómica um papel de destaque na ofensiva estratégica. O Tenente-Coronel Pereira da Conceição (1956), no seu texto *A Técnica Revolucionária os Exércitos*, considera que “a guerra atómica parece inevitável” (p. 763), tratando a BA como consequência natural da evolução armamentista, comparável ao impacto das armas de fogo na história militar. Sublinha a fusão de mísseis intercontinentais com ogivas nucleares como o nascimento da “arma absoluta”, caracterizada pelo “poder de destruição e incapacidade da defesa” (p. 764).

Num plano mais abrangente, em *Temas Castrenses*, o Tenente-Coronel Gormicho Boavida (1957, p. 97) vai além das categorias clássicas. Do seu ponto de vista, a AN não é apenas ofensiva ou dissuasora, mas um agente transformador da doutrina militar. A sua

presença “põe em causa as grandes concentrações de homens e bens”, exigindo forças prontas e dispersas, adaptadas à surpresa e à velocidade das guerras modernas.

Abel Hipólito (1957), Tenente-Coronel autor do artigo *Explosão Atômica*, prefere uma abordagem mais implícita, sem compromissos categóricos. Ainda assim, a sua referência à “quase paridade atômica” (p. 308) entre potências indica uma leitura que reconhece na dissuasão um papel importante na contenção dos conflitos. O equilíbrio estratégico surge como um estabilizador tácito nas relações internacionais, traduzindo uma aceitação implícita da lógica dissuasora.

Focando-se na cavalaria, em *Reflexões sobre a Cavalaria no Campo de Batalha Atômico*, o Capitão Ribeiro Simões (1958, p. 436) oferece uma perspetiva operacional adaptada. A arma atômica obriga à reconceptualização das funções desta força, agora encarada como vetor ofensivo ligeiro e manobrável. Como defende, “é a Cavalaria com o seu carro de combate que melhor se encontra equipada para sobreviver e vencer no campo de batalha atômico”. A estratégia ofensiva permanece válida, desde que adaptada à nova realidade da dispersão e mobilidade.

A análise do Brigadeiro David dos Santos (1959), em *A Divisão de Infantaria na Defensiva de Posição*, também aponta para uma caracterização ofensiva, por via da necessidade de revisão do dispositivo defensivo. A ameaça nuclear impõe alterações à conceção da defensiva de posição, dado que “o grau de dispersão é naturalmente limitado” (p. 115). Apesar de abordar a defensiva, o autor deixa claro que o domínio da ameaça reside no ataque nuclear, que condiciona e redefine toda a lógica defensiva.

No domínio naval, exposto no texto *O Papel da Marinha no Mundo de Amanhã*, o General Ferreira dos Passos (1959, p. 277) propõe uma interpretação centrada na dissuasão. Para ele, “a marinha moderna pode participar largamente numa política de dissuasão de uma guerra global atômica”, sobretudo através da ameaça credível de retaliação nuclear. Os submarinos com mísseis balísticos são apresentados como peças-chave neste quadro estratégico, capazes de garantir uma resposta eficaz mesmo após um primeiro ataque.

A fechar, o Comandante Guilhermino Magalhães (1960) reforça o entendimento da dissuasão ao abordar o papel da frota submarina soviética. Sublinha que esta não visa dominar os mares, mas sim impedir que os adversários o façam: uma estratégia de negação e de controlo indireto dos espaços marítimos vitais. A arma atômica, neste contexto, serve para conter a ação do inimigo, reforçando a lógica dissuasora.

Em conclusão, os textos analisados demonstram uma significativa diversidade de classificações estratégicas atribuídas à AN no pensamento militar português. Embora a

dissuasão surja como tendência dominante, existem leituras ofensivas robustas, bem como críticas incisivas à sua eficácia. Esta heterogeneidade revela não apenas o impacto disruptivo da arma atômica na doutrina militar, mas também o esforço de adaptação das elites militares nacionais às exigências de uma nova era estratégica.

3.2. Sentimento geral

Esta secção analisa o sentimento geral expresso pelos autores das revistas militares portuguesas, entre 1945 e 1960, relativamente à AN. O objetivo é identificar se a perceção dominante se enquadra numa visão positiva, associada à utilidade estratégica, à dissuasão e à estabilidade internacional, ou negativa, marcada por receios éticos, humanitários ou pela crítica ao risco de destruição em larga escala.

3.2.1. Da aceitação técnica à rejeição ética

Entre 1945 e 1949, o pensamento militar português expresso nas revistas especializadas revela uma diversidade de sentimentos face à introdução da BA. Estes sentimentos oscilam entre o pragmatismo técnico, o negativismo ético-estratégico e, pontualmente, um otimismo cauteloso quanto ao progresso científico.

A análise dos artigos permite identificar uma evolução da perceção emocional da arma, refletindo o impacto da nova realidade estratégica no espírito e na consciência dos militares portugueses.

No imediato pós-guerra, o discurso é ainda contido e respeitador, evitando tanto a glorificação quanto a condenação explícita da bomba. O único autor que aborda o tema em 1945, o Major José Baptista Barreiros (1945), adota um tom pragmático, apelando à sabedoria dos comentadores e reconhecendo a inevitabilidade da nova realidade tecnológica. A ausência de juízos éticos evidencia uma tentativa de adaptação doutrinária, focando-se mais na incorporação da bomba no raciocínio militar do que na sua condenação moral, apenas alarmando para os seus “terríveis e fulminantes resultados” (p. 517). Este equilíbrio denota uma fase inicial de aceitação estratégica da AN como fator inescapável do novo panorama bélico.

Em 1946, surgem duas correntes distintas de sentimento. Um dos autores expressa uma preocupação racional, alertando que, apesar do valor militar da bomba, o seu uso em conflitos futuros pode representar uma ameaça existencial para a civilização, poderia “provocar uma revolução nos métodos de guerra, alterar toda a vida política internacional e

ameaçar destruir a própria civilização”, não existindo “garantias possíveis contra a produção de armas atômicas” e não excluindo a possibilidade do desenvolvimento de “armas capazes de uma destruição maciça tão elevada ou superior” (Sousa, 1946, p.12). Esta afirmação insere-se num quadro de alerta estratégico, onde a ciência ultrapassa a política, e a eficácia destrutiva exige responsabilidade global.

Em contraste, o Tenente-Coronel Humberto Delgado (1946, p. 428) adota um registo mais técnico, demonstrando um pragmatismo estratégico. Embora reconheça o espanto provocado pela nova arma, o autor prefere centrar-se nas suas implicações práticas no campo de batalha e na reorganização das FFAA. Apesar de um certo positivismo, admitindo a possibilidade de que, “tal como sucedeu com os gases de combate”, a utilização da BA “na campanha finda, o não seja na campanha que se suceda”, a sua análise evita qualquer condenação moral, reforçando a tendência dominante neste período para uma abordagem técnica e racional da BA.

O ano de 1947 marca um ponto de viragem importante no sentimento dominante, com o surgimento de uma visão mais crítica e apreensiva face à AN. Um dos autores escreve que “as armas de destruição maciça (...) constituíram a última surpresa técnica da Segunda Grande Guerra” (Sousa, 1947, p. 341), revelando a perplexidade quanto à organização futura das FFAA. O sentimento é claramente negativista, refletindo o impacto psicológico da bomba como geradora de incerteza e desorientação estratégica.

Outro autor vai mais longe ao denunciar os efeitos fisiológicos irreversíveis da arma e criticar a opacidade informativa em torno dos testes nucleares realizados, nomeadamente no Atol de Bikini, em 1946. A afirmação de que, se os efeitos fossem conhecidos, “aquela nunca teria sido lançada no Japão” (Barreira, 1947, p. 417), traduz uma rejeição ética clara da utilização da bomba, reforçando um sentimento de desconfiança face aos métodos e à transparência das potências nucleares.

Em 1948, as opiniões fragmentam-se entre diferentes gradações de preocupação e aceitação. Ferreira (1948) manifesta um otimismo científico moderado, reconhecendo os avanços da física nuclear como extraordinários. Sublinha que “a poderosa ação estimulante que a guerra exerce sobre a ciência” (p. 147) conduziu à aplicação da energia atômica, mas avisa também que, “se daqui a cem anos a humanidade não se tiver extinguido por suas próprias mãos” (p. 149), a história julgará severamente esta geração. Este tipo de reflexão indica uma visão ambivalente, que combina admiração pelo progresso com prudência estratégica.

Determinados autores mantêm uma postura mais crítica. Pereira (1948) defende que a bomba será possivelmente ilegalizada, à semelhança das armas químicas, demonstrando repúdio ético e desconfiança quanto à sua aceitação futura. Em contrapartida, Pires (1948, p. 561) descreve a sua atuação como “de destruição avassaladora, (...) privando de todos os recursos milhares e milhares de pessoas ao mesmo tempo”, num tom de preocupação pragmática, não chegando a condená-la totalmente. Um último autor desse ano adota um realismo técnico ao reconhecer que a destruição da retaguarda não garante a vitória, pois o objetivo primário da guerra, quebrar a vontade de combater, permanece (Oliveira, 1948). Aqui, o sentimento é tecnicamente neutro, mas alerta para a insuficiência estratégica da bomba como solução total.

No culminar de 1948 e no seu prolongamento para 1949, o sentimento negativista atinge o seu auge. Martins (1948, p. 793) expressa uma visão apocalíptica, prevendo que uma guerra atômica poderá provocar “o desaparecimento da espécie humana da face da Terra”. A bomba é vista como uma ameaça existencial absoluta, ultrapassando os limites do racionalismo militar. Esta análise transpõe uma condenação moral total e um sentimento de desalento face ao futuro da humanidade.

Um segundo autor de 1949 corrobora este pessimismo ao afirmar que a bomba é “o mais poderoso e desumano de todos os instrumentos de destruição até então conhecidos” (Correia, 1949, p. 559). Denuncia também o clima de desconfiança internacional, afirmando que “as esperanças duma paz duradoura não conseguem criar raízes” (p. 561). O sentimento geral é de profunda descrença na estabilidade internacional e nas capacidades humanas de controlar a tecnologia que criaram.

Em síntese, observa-se uma transição clara entre um primeiro momento de aceitação pragmática e técnica da BA para um posicionamento progressivamente mais crítico e negativista, à medida que se aprofundam a compreensão dos seus efeitos e das suas implicações estratégicas e morais. O sentimento geral dos autores entre 1945 e 1949 revela, assim, uma tensão crescente entre a valorização do avanço técnico-militar e a consciência do risco existencial que o armamento nuclear representa para a humanidade.

3.2.2. Otimismo científico e cautela moral

Arriaga (1950) inicia este período com um visível otimismo científico pronunciado. A energia atômica é exaltada como motor de uma nova era civilizacional, com promessas de abundância energética e avanços na medicina. O autor afirma que “energia e saúde, as duas

pedras basilares da felicidade material do homem, difundir-se-ão numa forma não imaginada” (p. 358), revelando uma visão de futuro marcada pela confiança no progresso técnico. Apesar do caráter exaltador desta visão, existe também uma advertência ética sobre a impreparação da humanidade para lidar com tal poder transformador, temendo que “muita destruição, muito sangue e muita dor, serão o preço de tal preparação” (p. 359). Ainda assim, o tom dominante é de positivismo e crença no potencial benéfico da ciência.

Noutra perspectiva, surgem abordagens mais sóbrias, onde o entusiasmo é substituído por uma postura técnica e racional. É salientada a necessidade de coordenar a investigação científica com os objetivos da defesa nacional, sublinhando que a ciência deve estar ao serviço do interesse estratégico do país (Valença, 1952). Embora se reconheçam os riscos de instrumentalização ideológica da tecnologia, a confiança na capacidade de gestão institucional prevalece. O sentimento geral é, assim, positivo, mas exigente quanto ao rigor organizacional e à vigilância ética.

Este equilíbrio entre otimismo e ponderação ética reaparece num artigo de Dantas (1952), que descreve a energia atômica, como indica o próprio título do seu estudo, uma “prodigiosa alavanca de guerra e de paz nas mãos do homem” (p. 243). O autor defende que se está no limiar de uma nova era da história da humanidade, propondo uma leitura transformadora e universalista da ciência nuclear. Simultaneamente, reconhece que “a humanidade se encontra sobre um abismo” (p. 344), ecoando um sentimento de advertência moral que, no entanto, se dilui na exaltação do progresso humano. A confiança no avanço científico e na vontade de saber sobrepõe-se às reservas quanto aos seus potenciais efeitos destrutivos.

Em contraciclo com estas abordagens, existem discursos em que o tom é tendencialmente clínico. A análise da BA é elaborada pelo Major Nicolau Bettencourt (1953), no seu artigo *Algumas Considerações a Propósito da Guerra A B C*, centrada na descrição dos efeitos físicos da explosão (luz, calor, sopro e radiações) com o apoio de dados quantitativos sobre as baixas. Evita-se desta forma emitir qualquer juízo moral, ideológico ou emocional. A frieza do discurso sublinha a centralidade da eficácia e da operacionalidade, afastando-se do entusiasmo tecnológico como do medo generalizado. Ainda assim, reconhece-se o efeito psicológico das AN, especialmente no contexto da guerra radiológica, revelando consciência das suas implicações humanas.

Por sua vez, Valença (1953) define a energia atômica como um elemento revolucionário e inevitável no futuro da guerra. O discurso é pragmático, embora positivista. O autor recusa tanto o moralismo quanto o dogmatismo técnico e apela à atualização

doutrinária do pensamento militar. A inovação científica exige adaptação institucional, e o tom revela um sentido de urgência racional, que procura antecipar transformações inevitáveis. A energia atômica não é questionada em si mesma: o problema reside na capacidade das estruturas militares em responder ao seu impacto transformador.

Por fim, uma análise eminentemente técnico-operacional expressa entusiasmo pela capacidade da energia nuclear em transformar radicalmente a doutrina defensiva. A superioridade do fogo, amplificada pelas AN, é vista como base para uma nova forma de guerra, centrada na defesa atômica, na dispersão de forças e na articulação entre armas convencionais e atômicas. Miksche (1954, p. 888), ao acreditar na supremacia da defesa, sendo esta “a forma mais forte da guerra”, evidencia a confiança do autor na racionalidade estratégica e na eficácia das novas doutrinas. Ausente está qualquer preocupação humanitária ou filosófica alusiva ao uso da arma atômica. O foco revela-se presente exclusivamente nos seus méritos operacionais e na sua utilidade militar.

Em síntese, o sentimento geral dominante nas revistas militares portuguesas entre 1950 e 1954 oscilou entre o entusiasmo científico, o pragmatismo estratégico e a neutralidade técnica. Embora não se encontre um discurso marcadamente pacifista ou alarmista, surgem pontuais alertas sobre os riscos éticos e civilizacionais da energia atômica. A maioria dos autores evidencia uma confiança no progresso, acompanhada, nos casos mais cautelosos, de apelos à coordenação, à atualização doutrinária e à vigilância institucional. A AN, longe de ser demonizada, é sobretudo vista como símbolo de uma nova era de poder e reorganização das estruturas militares.

3.2.3. Crítica ética e prudência estratégica

O quinquénio inicia-se com um alerta profundo de Miksche (1956, pp. 299-301) face à mentalidade excessivamente confiante nas armas atômicas, entendendo-se que “a fé exagerada nas grandes bombas não podia deixar de provocar reações indesejáveis”, considerando que esta confiança assentava em “raciocínios insustentáveis” e na perigosa ilusão de que “algumas explosões atômicas podem deter qualquer agressão”. Para o mesmo autor, tais ideias provinham de “cérebros mórbidos” e poderiam conduzir ao “suicídio mútuo” a nível global, numa crítica particularmente dura ao afastamento da estratégia militar dos princípios éticos e racionais.

Esta linha de pensamento é mantida por Coelho (1956) que, ao abordar a relação entre o público e a ameaça atômica, identifica uma crença instável e alimentada por propaganda:

o medo da arma atômica trata-se de “um sentimento vago, contraditório, flutuante, que nada se parece com uma convicção profunda” (p. 328). A sua análise reforça a ideia de uma humanidade desorientada, quando sugere que “não existe nenhum fundamento sério que permita aceitar a hipótese da paz” (p. 330), revelando um pessimismo latente no que compete à capacidade da sociedade para lidar com o potencial destrutivo da AN.

Num registo alternativo, propõe-se uma abordagem mais equilibrada, não cedendo nem ao catastrofismo, nem ao otimismo infundado. É reconhecida a revolução técnica em curso, mas sublinha-se a necessidade de limites morais, em que “o sofrimento e a dor devem ser, apenas, controlados pela justiça e pelas leis severas da alma” (Pereira da Conceição, 1956, p. 763). Mais do que rejeitar os avanços, expressa-se preocupação com a perda de humanismo, alertando para o risco de que, ao dominar o átomo, “os homens se julguem à altura dos deuses”, com todas as implicações éticas daí decorrentes.

De modo distinto, Boavida (1957, pp. 115-116) adota uma postura mais pragmática. Um autor recusa tanto o alarmismo como o conforto da passividade, insistindo que “nada pode deixar-se à improvisação” e que “as meias medidas também nada adiantam”. A sua proposta passa por um estado de prontidão constante como única forma sensata de lidar com a ameaça: “estar pronto” é a única resposta aceitável.

A este conjunto de perspetivas integra-se uma posição onde a realidade dos efeitos da arma é enfatizada, acompanhada de um apelo ao estudo e compreensão da mesma. Hipólito (1957, p. 290) refere que a explosão atômica é capaz de destruir “todas as estruturas num raio de 20 km e em certas condições favoráveis emitir radiações que põe em perigo toda a vida existente”. No entanto, apesar de não propor o afastamento do assunto, defende que, mesmo sem possuir esse armamento, o país deve ser portador de consciência relativamente às suas capacidades, expressando assim um sentimento de cautela informado, em contraste com o medo irracional.

Por outro lado, também se encontra uma vertente mais otimista, centrada na capacidade de adaptação e modernização das FFAA. Simões (1958) enaltece a flexibilidade da cavalaria no novo cenário atômico, qualificando-a como “a mais flexível e manobradora de todas” (p. 436). O seu entusiasmo é claramente demonstrado no apelo vibrante à ação: “Audácia! Audácia!! Audácia!!!” (p. 441), valorizando a iniciativa ofensiva mesmo num contexto dominado por armamento nuclear.

Finalizando, encontra-se uma postura de vigilância estratégica. São observados, com respeito e admiração, os progressos soviéticos em matéria de guerra atômica, traçando um contraste com o passado, ao comparar a marinha soviética de 1939 com a de 1959

(Magalhães, 1960). Embora latente, a preocupação não obscurece o reconhecimento das capacidades adversárias.

Em suma, entre 1956 e 1960, o sentimento geral sobre a AN no pensamento militar português varia entre a inquietação ética, o apelo à prudência e a admiração tecnológica. Esta multiplicidade de perspetivas espelha a tensão entre o receio de uma nova era de destruição e a esperança na racionalidade estratégica e no domínio da técnica como caminhos possíveis para a segurança global.

3.3. Adaptação doutrinária

Esta secção aborda a adaptação doutrinária das FFAA perante a introdução da AN no cenário internacional.

A análise foca-se nas propostas, reflexões e críticas quanto à necessidade de reformular conceitos, estratégias e formas de emprego, em resultado da ameaça atómica. A capacidade de adaptação doutrinária revela-se, neste contexto, um importante indicador da modernização ou estagnação do pensamento militar português.

É, portanto, avaliado o grau de abertura à inovação estratégica e à integração das novas realidades tecnológicas e geopolíticas, bem como a influência de modelos doutrinários externos, nomeadamente os provenientes dos aliados da OTAN. Esta leitura permite verificar até que ponto existiu um esforço consciente para atualizar o pensamento militar nacional, ou se predominou uma postura conservadora e reativa.

3.3.1. O rascunho da reorganização

A introdução da arma atómica e a rápida transformação dos paradigmas bélicos colocaram a doutrina militar tradicional sob escrutínio. Os artigos publicados nas revistas militares portuguesas revelam um esforço de compreensão e resposta às novas exigências, que se manifesta sobretudo através da defesa de reorganizações estruturais, da valorização da interdependência dos ramos e da necessidade de alinhamento com as tendências doutrinárias internacionais.

Em 1946, Sousa (1946, p. 13) considera que as FFAA, “baseadas em novas fórmulas e em novas necessidades, continuarão a existir”, tendo em vista o carácter fulminante das guerras futuras e a necessidade de evitar improvisações doutrinárias demoradas.

Também em 1946, foi defendida uma profunda reformulação da doutrina nacional centrada na primazia da aviação ofensiva, com a proposta de suprimir a aviação de caça e de

cooperação (Delgado, 1946). A valorização da aviação como arma decisiva expressa, assim, a tentativa de alinhar a doutrina militar portuguesa com os modelos internacionais emergentes no pós-guerra.

A partir de 1947, a reflexão doutrinária aprofunda-se. Sublinhou Sousa (1947, p. 343) que “a maioria das operações são trifibias” e, por isso, “não pode existir uma desconexão e desconhecimento entre os três serviços militares”, propondo-se uma doutrina única e a fusão dos ministérios das FFAA. Esta proposta de reorganização estrutural das chefias operacionais aponta para uma doutrina conjunta de carácter transversal.

No entanto, alguns autores manifestaram maior prudência. Barreira (1947, p. 415) defende que, apesar da inovação técnica, os exércitos “continuarão a ser organizados em torno da infantaria, (...) inclusive a aviação”, refletindo uma postura de teor tradicional, onde a aviação é integrada como complemento e não como elemento central, traduzindo-se este último na infantaria.

Em 1948, reconheceu-se que a energia atômica pode passar a ser um “meio de guerra a ter em reserva” (Ferreira, 1948, p. 149), evidenciando a necessidade de ajustar os conceitos estratégicos às novas ameaças. Adicionalmente, advertiu-se contra radicalismos perigosos, afirmando Pereira (1948, p. 245) que “arrasar e destruir não basta para anular no inimigo a sua vontade de vencer e a capacidade de resistir”, sublinhando-se a importância da manutenção de forças convencionais coordenadas.

Face ao novo cenário de destruição maciça, surgiu a proposta de transformar profundamente a doutrina militar, promovendo mobilidade, dispersão e uso intensivo da aviação. Foi ainda sugerida por Pires (1948, p. 563) a construção de “vastas instalações subterrâneas, convenientemente dispersas”, como forma de mitigar os efeitos de ataques atômicos e garantir a continuidade operacional.

A doutrina da infantaria foi igualmente reavaliada. Propôs Oliveira (1948) a sua conversão numa força “aero e autotransportada, com notável potência de fogo” (p. 655), com uma manobra “profunda, forte, descentralizada e agressiva” (p. 648), demonstrando uma clara adaptação estrutural à ameaça nuclear.

Apesar disto, também se manifestaram preocupações no plano político. Salientou-se a importância de a ONU conseguir restabelecer esse equilíbrio estratégico (Martins, 1948), apontando para a via diplomática como essencial no contexto da dissuasão nuclear.

Por fim, foram defendidas medidas doutrinárias concretas no plano da proteção passiva, nomeadamente a reorganização das infraestruturas militares e industriais em subsolo, uma vez que, sintonizando-nos com Correia (1949), “o abrigo subterrâneo impôs-

se como o melhor meio de proteção contra o bombardeamento aéreo” (p. 565). Adicionalmente, o autor sugere um “desdobramento, dispersão e dissimulação das indústrias de guerra”, bem como a sua “instalação no subsolo” (p. 571), com o intuito de garantir a continuidade da produção no decorrer de um conflito.

Em suma, entre 1945 e 1949, a doutrina militar portuguesa revela um esforço de adaptação às exigências do novo paradigma estratégico imposto pela BA. As propostas oscilam entre a continuidade estruturada, a reforma parcial e a renovação total, com uma crescente consciência de que a eficácia futura da defesa nacional dependerá da capacidade de antecipar, reorganizar e proteger. A doutrina deixa, assim, de se centrar exclusivamente na manobra e no fogo e passa a incluir a mobilidade, a coordenação entre os ramos, a proteção passiva e a dissuasão estratégica como elementos fundamentais.

3.3.2. Ciência, motor da transformação doutrinária

A consciência da transição imposta pelo novo armamento surge, de acordo com Arriaga (1950, p. 356), num registo mais técnico, com a percepção de que as aplicações da energia nuclear ultrapassavam o mero campo destrutivo e passavam a influenciar a logística, a mobilidade e o planeamento energético da defesa. A referência a “quatro ou cinco pilhas atômicas” capazes de abastecer o território nacional durante um ano, aponta para uma mudança implícita nas estruturas de apoio operacional. A energia nuclear deixa de ser apenas arma e passa a ser infraestrutura estratégica, implicando necessariamente a revisão das doutrinas logísticas e da preparação de meios.

Mais explicitamente, propõe-se uma reconfiguração doutrinária, apresentada em textos que defendem a institucionalização da ciência nas estruturas militares. É proposto o desenvolvimento de secções especializadas dentro da estrutura da defesa nacional, integrando o estudo e o acompanhamento dos avanços técnico-científicos à ação estratégica (Valença, 1952). Esta integração de saberes conduz a uma proposta abrangente de reforma, não apenas técnica, mas também conceptual, do que deve ser a estratégia militar moderna. Segundo o autor, a guerra deixa de ser apenas uma arte de comando para passar a ser também um exercício de interpretação científica dos recursos e ameaças, o que implica uma doutrina mais flexível e interdisciplinar.

Paralelamente, a própria descrição de Dantas (1952) da reação em cadeia, do volume crítico e do funcionamento das pilhas atômicas, ainda que inserida num texto com forte cariz pedagógico, revela um esforço consciente de familiarização dos oficiais com os fundamentos

científicos do armamento nuclear. Este movimento de aproximação à ciência tem como finalidade última habilitar o pensamento estratégico com ferramentas de compreensão e previsão, essenciais para adaptar a doutrina à realidade atômica.

A integração da ameaça atômica no planejamento tático é também patente na forma como se discute o emprego da arma em simulações e cenários operacionais. A descrição de Bettencourt (1953) relativamente ao impacto de uma bomba nominal sobre uma divisão de 15.000 homens, e a constatação de que as baixas podem ser mitigadas com medidas de proteção adequadas, revela que a doutrina de proteção, tradicionalmente periférica, passa a ocupar o centro das preocupações operacionais. A doutrina começa a prever, de forma sistemática, os efeitos do nuclear e a ajustar-se a estes com práticas novas, como a dispersão das forças, o reforço das estruturas de comando e a reconfiguração das infraestruturas logísticas.

No campo operacional, esta reconfiguração é sistematizada de forma mais clara em textos que propõem um novo modelo doutrinário baseado em quatro eixos: o domínio técnico dos efeitos atômicos; a dispersão do dispositivo para evitar concentrações vulneráveis; a preparação do teatro de operações para um ambiente contaminado; e a revisão da cadeia de comando e de formação (Valença, 1953). A “linha de segurança atômica” (p. 766), conceito inédito na doutrina clássica, passa a ser uma variável essencial no cálculo tático das ofensivas e defensivas. A AN transforma-se, assim, num fator determinante de alteração da doutrina.

Algumas propostas vão mais longe e sugerem uma reestruturação total da organização militar. É o caso da defesa de comandos atômicos especializados, com autonomia funcional, que operem em frentes extensas e com armamento nuclear integrado, “por detrás da qual a artilharia atômica se coloque em linha” (Miksche, 1954, p. 890), apoiados por logística aérea e projéteis teledirigidos. Esta visão leva a adaptação doutrinária ao seu limite, propondo uma nova arquitetura das FFAA para enfrentar o novo paradigma.

Recapitulando, no quinquénio entre 1950 e 1955, a adaptação doutrinária à AN emerge não como uma rutura, mas como um processo de transformação gradual e fundamentado. A ciência, antes marginal à doutrina, passa a ser um vetor central. As estruturas logísticas, operacionais e formativas das FFAA são desafiadas a acompanhar esta mudança. A doutrina militar, longe de se cristalizar perante a ameaça atômica, revela, neste período, uma surpreendente capacidade de se reinventar.

3.3.3. Defesa total: mobilidade, prontidão e modernização

As reflexões apontam para uma revisão da estrutura das FFAA, com ênfase em unidades pequenas, dispersas e com elevada mobilidade. Uma das perspectivas mais críticas à doutrina vigente alertava para o perigo de confiar cegamente no armamento nuclear como solução absoluta. “As grandes bombas não servem como réplica para todos os géneros de agressão”, escrevia Miksche (1956, p. 301) num dos seus textos mais influentes, que advogava por uma nova arquitetura militar, onde forças convencionais eficazes, apoiadas por armamento atômico de baixa potência, funcionassem como resposta proporcional e versátil. A desconfiança relativamente à estratégia centrada exclusivamente na dissuasão estava patente na formulação de alternativas práticas, nomeadamente através de estruturas mais flexíveis e menos dependentes de tecnologia dispendiosa e de difícil manutenção.

Em linha com esta orientação, outros pareceres enfatizavam que a aceitação da nova realidade deveria ser racional e orientada por critérios de eficiência. Coelho (1956, p. 330) defendia que, face à inevitabilidade da evolução tecnológica, tornara-se necessário o ajuste da doutrina militar e das instituições às exigências de um novo campo de batalha. A recomendação era clara: “a objetividade e a experiência aconselham a aceitar a sua inevitabilidade e a procurar conseguir, a todo o custo, a adaptação às condições impostas pela nova arma”. Não se tratava de rendição moral, mas de um reconhecimento pragmático das alterações em curso.

A reorganização estrutural e técnica das FFAA surgia como tema recorrente. Um dos textos propunha a criação de um exército semipermanente, articulado em torno de um núcleo técnico profissionalizado e uma reserva leve e manobrável, devidamente instruída em centros específicos. A mobilidade e a dispersão continuavam pilares essenciais desta proposta, a par da integração entre as dimensões militar, civil e interna do esforço de defesa (Conceição, 1956). A doutrina, nesse contexto, deixava de ser exclusivamente castrense, passando a integrar uma lógica nacional, de defesa total.

Destaca-se outro aspeto neste período, baseado na necessidade de estruturas capazes de resposta com prontidão. Insistia-se na constituição de um “exército de primeiro emprego” assente em unidades técnicas e móveis, com grau elevado de prontidão e uma logística descentralizada, operando em rede (Boavida, 1957, p. 110). O carácter de continuidade da preparação militar, desde o tempo de paz, surgia como uma condição irrefutável para enfrentar o novo tipo de ameaça. A sua proposta consolidava-se numa visão sistémica da

defesa nacional, em que os meios civil, militar e de segurança interna se articulavam funcionalmente.

Sob o plano operacional, Hipólito (1957) revelava a necessidade de adaptar o treino à nova ameaça. A eficácia da proteção dependia, sobretudo, da instrução adequada e da manutenção da disciplina sob condições extremas. “A instrução cuidada sobre proteção contra ataques atômicos e um alto grau de disciplina” (p. 298) eram, para muitos, fatores tão decisivos como o armamento em si. A análise quantitativa dos efeitos da proteção adequada evidenciava um possível abrandamento do impacto destrutivo das armas atômicas, desde que fossem cumpridas normas básicas de abrigo e organização: “uma Divisão de Infantaria (...) sofreria perdas que se podem classificar como totais (...) e um número de perdas inferior a 50% no caso das tropas se encontrarem totalmente abrigadas” (p. 305).

As armas tradicionais não eram colocadas de parte, mas careciam de integração num novo pensamento estratégico. A cavalaria, por exemplo, era considerada ainda uma força com grande potencial no campo de batalha atômico, desde que se adaptasse à nova lógica de dispersão e velocidade. Referia-se que a especialidade era “a mais flexível e manobrada de todas” (Simões, 1958, p. 436), desde que os seus equipamentos fossem modernizados e os seus quadros preparados para cenários de grande fluidez tática.

Do ponto de vista da defesa, salientava-se a importância da vigilância e da compartimentação do território em zonas vitais dispersas, protegidas por sistemas de alerta e mecanismos de resposta rápida (Santos, 1959). A doutrina clássica do combate defensivo não era rejeitada, mas ajustada à nova ameaça, com uma redução do peso dado ao princípio do apoio mútuo, em prol de uma atuação mais autónoma e localizada.

Sucintamente, o quinquénio de 1956-1960 marcou um ponto de viragem na forma como os militares portugueses concebiam a necessidade de adaptação doutrinária à era atômica. Entre propostas de reorganização estrutural, alertas sobre a disciplina e treino, e a redefinição de missões tradicionais, afirmava-se a consciência de que a sobrevivência militar e nacional dependia da capacidade de reformular o pensamento à luz de novos paradigmas.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Entre 1945 e 1960, a percepção da AN pelos militares portugueses revela uma evolução significativa e multifacetada. O presente estudo teve como objetivo compreender de que forma essa receção e entendimento estratégico se manifestaram ao longo de três fases distintas, num contexto marcado pelas profundas transformações da GF e pelas inovações tecnológicas que definiram a era atómica. A investigação, alicerçada numa análise sistemática das publicações militares portuguesas, permitiu apurar qual o impacto desta nova arma na doutrina, na estratégia e na organização castrense nacional, à luz das reflexões dos oficiais das FFAA refletiram sobre.

A análise desenvolvida assentou em três vetores fundamentais – classificação estratégica, sentimento geral e adaptação doutrinária – os quais se revelaram adequados para identificar as principais tendências, ruturas e continuidades no pensamento militar português. No que respeita à classificação estratégica, os primeiros anos do pós-guerra (1945-1949) traduziram-se no domínio de uma percepção eminentemente ofensiva da AN. Os exemplos de Hiroshima e Nagasaki assumiram-se como símbolos da supremacia bélica norte-americana e do colapso estratégico japonês. Autores como Humberto Delgado e Botelho de Sousa exaltaram a sua eficácia operacional, concebendo a bomba como um instrumento de submissão absoluta do inimigo. Esta fase inicial, testemunhada por um fascínio técnico e pela valorização do poder destrutivo, reflete uma leitura da arma como elemento decisivo de vitória.

Todavia, à medida que se aprofundava o conhecimento sobre os efeitos colaterais da explosão nuclear e se compreendia a sua difícil aplicabilidade tática, começou a emergir uma visão mais prudente, de cariz dissuasor. Autores como Ferreira Martins anteciparam o valor estratégico da bomba não no seu uso direto, mas na sua capacidade de ameaça. Esta transição de paradigma, ainda incipiente no epílogo dos anos 40, intensificou-se na década seguinte.

Entre 1950 e 1955, a BA passou a ser integrada em propostas doutrinárias que contemplavam o seu emprego tático, logístico e radiológico. O avanço da miniaturização e o desenvolvimento de novas técnicas operacionais permitiram vislumbrar a sua utilização em campanhas convencionais, surgindo no discurso militar português referências a artilharia atómica, dispersão tática, guerra radiológica e defesa atómica.

No quinquénio seguinte, a classificação estratégica da arma torna-se mais complexa e plural. Se, por um lado, a doutrina da dissuasão ganha clara predominância como

entendimento dominante – ao entender a BA como elemento de equilíbrio estratégico –, por outro lado, subsistem visões ofensivas, sobretudo na sua integração em mísseis balísticos e com novas formas de organização das FFAA. Miksche e Serzedelo Coelho expressam ceticismo quanto à estabilidade da dissuasão, enquanto autores como Conceição e Simões defendem a utilidade da arma como fator de choque tático. A coexistência destas interpretações revela uma sofisticação crescente no pensamento estratégico nacional, refletindo a influência do contexto internacional e das doutrinas emergentes da OTAN e das potências nucleares.

Quanto ao sentimento geral, regista-se uma variação significativa. No imediato pós-guerra, o tom dos artigos oscilava entre o respeito técnico e o entusiasmo moderado. A bomba era reconhecida pelo seu poder inovador, porém o seu uso era encarado com cautela, dado o potencial devastador para a humanidade. Progressivamente, esse sentimento tornou-se mais ambivalente. Entre 1950 e 1955, a confiança na ciência e na capacidade humana de controlar o progresso domina o discurso de vários autores, destacando-se Kaúlza de Arriaga. A energia atômica é celebrada pelo seu potencial civilizacional, enquanto se admite o risco do seu uso irresponsável. Esta ambiguidade cunha o discurso militar português da época, onde coexistem otimismo e prudência.

Avançando para o intervalo entre 1955 e 1960, as emoções e posições tornam-se circunspectas e críticas. A banalização do nuclear, a proliferação dos arsenais e a percepção de vulnerabilidade global suscitam inquietações profundas. Apesar de um visível crescimento da consciência dos limites da dissuasão, subsiste um pragmatismo cauteloso, centrado na necessidade de preparação técnica, vigilância e adaptação doutrinária. Discursos como o de Abel Hipólito ilustram bem esta postura: reconhece-se o potencial destrutivo da bomba, mas também se insiste na sua compreensão técnica como pilar de uma segurança racional.

A adaptação doutrinária constitui talvez a dimensão mais reveladora da progressiva maturação do pensamento militar português. Entre 1945 e 1949, surgem as primeiras propostas de reorganização das FFAA face à ameaça atômica: valorização da aviação, mobilidade operacional e proteção passiva. Já nesta fase se denota a influência das novas exigências estratégicas, ainda que a reação fosse, em muitos casos, reativa e isenta de propostas. Na primeira metade da década de 50, assiste-se a uma viragem qualitativa: o discurso adquire um tom técnico-científico, surgem propostas para a criação de unidades científicas, formação específica sobre efeitos nucleares e introdução de novos conceitos operacionais, como a dispersão das forças e a compartimentação do território.

O discurso doutrinário revela uma elevada sofisticação a partir de 1955. As FFAA portuguesas passam conceptualizar-se como estruturas técnicas, adaptadas à guerra moderna. Autores como Boavida e Conceição sugerem a constituição de forças de emprego imediato, reservas móveis e sistemas territoriais adaptáveis. A arma nuclear deixa de ser encarada apenas como uma questão de armamento e passa a ser entendida como desafio organizacional, operacional e estratégico. A doutrina militar evolui de uma resposta defensiva para uma postura integrada, atenta à modernidade e ao imperativo da transformação.

Em síntese, os resultados desta investigação evidenciam uma trajetória clara de metamorfose conceptual no pensamento militar português entre 1945 e 1960. Em termos de classificação estratégica, verifica-se uma transição de uma visão ofensiva para uma concepção predominantemente dissuasora, sem negligenciar as diversas aplicações táticas e operacionais. No plano emocional, o discurso percorre o arco entre fascínio técnico, inquietação ética e racionalidade estratégica, espelhando-se as tensões da época. Do ponto de vista doutrinário, os militares demonstraram uma capacidade crescente de adaptação, propondo reformas estruturais e conceptualizações inovadoras que antecipam preocupações ainda atuais sobre a convivência entre segurança e destruição.

Urge reconhecer as limitações da investigação. A natureza específica do tema, aliada à ausência de estudos prévios que explorem as perceções expressas nas revistas militares nacionais, dificultou o estabelecimento de comparações diretas e a contextualização académica mais alargada. Esta carência obrigou a uma abordagem mais interpretativa e à construção de categorias analíticas próprias, sustentadas essencialmente nas fontes primárias, o que, embora enriquecedoras, limitou o enquadramento crítico face ao debate historiográfico internacional.

Contudo, esta investigação contribui para o conhecimento da história do pensamento estratégico português e oferece uma base sólida para futuras investigações. Neste tópico, recomenda-se o alargamento cronológico da análise, bem como a comparação com autores e doutrinas internacionais da mesma época, permitindo-se avaliar o grau de alinhamento, divergência ou até originalidade do pensamento militar português e enriquecer a compreensão da sua evolução conceptual, bem como do seu posicionamento no cenário estratégico global do século XX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alexandre, V. (2000). *Os Sentidos do Império: Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Afrontamento.
- Alves, M. G. (2015). *Metodologia da Pesquisa Educacional*. Porto: Porto Editora. <https://archive.org/details/metodologia-da-pesquisa-em-educacao-e-ensino-de-ciencias/page/n7/mode/1up>
- Applebaum, A. (2012). *Iron curtain: The crushing of Eastern Europe 1944–1956*. Penguin Books. <https://ebooks.ashwood.ca/book/12954>
- Arriaga, K. (1950). A descoberta atômica. *Revista Militar*, 2(6), 349-360. <https://www.revistamilitar.pt/revold>
- Barreira, J. M. (1947). Uma afirmação. *Revista Militar*, 99(8/9), 411-424. <https://www.revistamilitar.pt/revold>
- Barreiros, J. B. (1945). Migalhas da tática. *Revista Militar*, 97(10), 517-521. <https://www.revistamilitar.pt/revold>
- Bettencourt, N. (1953). Algumas considerações a propósito da guerra A B C. *Revista Militar*, 5(6), 419–430. <https://www.revistamilitar.pt/revold>
- Blaikie, N. (2010). *Designing social research: The logic of anticipation*. Polity Press. <https://www.goodreads.com/book/show/7521747-designing-social-research>
- Boavida, A. G. (1957). Temas castrenses – A guerra e o exército. *Revista Militar*, 9(2/3), 95–116. <https://www.revistamilitar.pt/revold>
- Booth, A., Sutton, A., & Papaioannou, D. (2016). *Systematic Approaches to a Successful Literature Review* (2nd ed.). SAGE Publications. https://www.researchgate.net/publication/235930866_Systematic_Approaches_to_a_Successful_Literature_Review
- Bowen, G. A. (2009). Document analysis as a qualitative research method. *Qualitative Research Journal*, 9(2), 27-40. <http://go.microsoft.com/fwlink/p/?LinkId=255141>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. <http://go.microsoft.com/fwlink/p/?LinkId=255141>
- Caforio, G. (Ed.). (2006). *Handbook of the Sociology of the Military*. Springer. <https://doi.org/10.1007/0-387-34576-0>

- Carr, E. H. (1961). *What is History?* London: Penguin Books.
<https://ia601208.us.archive.org/33/items/WhatIsHistory-E.H.Carr/historycarr.pdf>
- Coelho, S. (1956). A guerra e a arma atômica. *Revista Militar*, 8(5), 327-330.
<https://www.revistamilitar.pt/revold>
- Conceição, A. P. (1956). A técnica revoluciona os exércitos. *Revista Militar*, 8(12), 747-776. <https://www.revistamilitar.pt/revold>
- Correia, J. S. (1949). Abrigos subterrâneos. *Revista Militar*, 1(10), 559-573.
<https://www.revistamilitar.pt/revold>
- Craig, C., & Logevall, F. (2009). *America's cold war: The politics of insecurity*. Belknap Press of Harvard University Press.
<https://www.perlego.com/book/1148544/americas-cold-war-the-politics-of-insecurity-pdf>
- Creswell, J. W. (2013). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches* (3rd ed.). SAGE Publications.
<http://go.microsoft.com/fwlink/p/?LinkId=255141>
- Cumings, B. (1981). *The origins of the Korean War, Volume II: The roaring of the cataract, 1947-1950*. Princeton University Press.
https://www.goodreads.com/book/show/39434.The_Origins_of_the_Korean_War_Volume_I
- Dantas, A. C. (1952). O que é a energia atômica, prodigiosa alavanca de guerra e paz nas mãos do homem. *Revista Militar*, 4(4), 243-256; (5), 337-344.
<https://www.revistamilitar.pt/revold>
- Delgado, H. (1946). Aviação de bombardeamento (Partes I e II). *Revista Militar*, 98(8/9), 427-445; (10), 487-505. <https://www.revistamilitar.pt/revold>
- Dickson, P. (2001). *Sputnik: The shock of the century*. Walker & Company.
<https://www.researchgate.net/publication/291534850>
- Divine, R. A. (1993). *The Sputnik challenge: Eisenhower's response to the Soviet satellite*. Oxford University Press. <https://www.zlibrary.to/dl/the-sputnik-challenge-eisenhowers-response-to-the-soviet-satellite>
- Dockrill, S. (1996). *Eisenhower's new-look national security policy, 1953-61*. Macmillan.
<https://library.ardhindie.com/books/title/eisenhower-s-new-look-national-security-policy-1953-61.html>
- Ferreira, E. C. (1948). Perspectivas de guerra atômica. *Revista Militar*, 100(3), 130-149.
<https://www.revistamilitar.pt/revold>

- Fish, S. (1980). *Is There a Text in This Class? The Authority of Interpretive Communities*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
<https://archive.org/details/istheretextinthi0000fish/mode/1up>
- Freedman, L. (2003). *The Evolution of Nuclear Strategy*. Palgrave Macmillan.
https://archive.org/details/evolutionofnucle0000free_g0p3/page/n7/mode/1up
- Fursenko, A., & Naftali, T. (2007). *Khrushchev's Cold War: The inside story of an American adversary*. W. W. Norton & Company.
https://www.goodreads.com/book/show/156593.Khrushchev_s_Cold_War
- Gadamer, H. G. (1989). *Truth and Method*. New York: Crossroad.
<https://archive.org/details/truthmethod0000gada/page/n7/mode/1up>
- Gaddis, J. L. (1982). *Strategies of containment: A critical appraisal of postwar American national security policy*. Oxford University Press.
https://www.goodreads.com/book/show/28436.Strategies_of_Containment
- Gaddis, J. L. (2005). *The Cold War: A new history*. Penguin Press.
- Gray, C. S. (1999). *Modern Strategy*. Oxford University Press.
https://www.researchgate.net/publication/307797510_MODERN_STRATEGY
- Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (1994). Competing paradigms in qualitative research. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 105-117). SAGE Publications. <http://go.microsoft.com/fwlink/p/?LinkId=255141>
- Hart, C. (2018). *Doing a Literature Review: Releasing the Research Imagination* (2nd ed.). SAGE Publications.
https://openlibrary.org/books/OL30584440M/Doing_a_Literature_Review
- Heuser, B. (1997). *NATO, Britain, France and the FRG: Nuclear strategies and forces for Europe, 1949-2000*. Macmillan.
https://www.goodreads.com/book/show/765631.NATO_Britain_France_and_the_FRG
- Hipólito, A. (1957). Explosão atômica. *Revista Militar*, 9(5), 286-314.
<https://www.revistamilitar.pt/revold>
- Holloway, D. (1994). *Stalin and the bomb: The Soviet Union and atomic energy, 1939-1956*. Yale University Press. <https://www.perlego.com/book/1149608/stalin-and-the-bomb-the-soviet-union-and-atomic-energy-19391956-pdf>
- Howell, M., & Prevenier, W. (2001). *From Reliable Sources: An Introduction to Historical Methods*. Ithaca: Cornell University Press.
<https://archive.org/details/fromreliablesour0000howe/page/n8/mode/1up>

- Judt, T. (2006). *Pós-guerra: História da Europa desde 1945*. Edições 70.
- Kaplan, L. S. (1991). *The long entanglement: NATO's first fifty years*. Praeger.
https://www.researchgate.net/publication/259776055_The_Long_Entanglement_NATO's_First_Fifty_Years_by_Lawrence_S_Kaplan
- Leffler, M. P. (1992). *A Preponderance of Power: National Security, the Truman Administration, and the Cold War*. Stanford University Press.
https://www.goodreads.com/book/show/1105977.A_Preponderance_of_Power
- Magalhães, G. (1960). Em volta duma previsão. *Revista Militar*, 12(6), 315–330.
<https://www.revistamilitar.pt/revold>
- Marin, J. R. (2011). Métodos e Técnicas da Pesquisa Histórica. Universidade Federal da Grande Dourados.
<https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/2223/1/metodos-e-tecnicas-da-pesquisa-historica.pdf>
- Marques, O. (2023). A entrada de Portugal na NATO – Da perspectiva política à militar [Dissertação de mestrado, Instituto Universitário Militar]. Repositório Comum.
<https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/8480>
- Martins, L. A. F. (1948). Previsão e realidade da bomba atômica. *Revista Militar*, 100(12), 792-800. <https://www.revistamilitar.pt/revold>
- Maxwell, K. (1995). *The Making of Portuguese Democracy*. Cambridge University Press.
<https://archive.org/details/makingofportugue0000maxw/page/n4/mode/1up>
- Mendes, P. E. (2020). Percepções e imagens na política externa do Estado Novo português: A importância do triângulo identitário. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 63(3).
<https://www.scielo.br/j/dados/a/f4mB3txxSmhN4CL8J9Rmjcf/>
- Miksche, F. O. (1954). Defesa atômica. *Revista Militar*, 6(12), 887-901.
<https://www.revistamilitar.pt/revold>
- Miksche, F. O. (1956). Desarmamento ou reorganização? *Revista Militar*, 8(5), 297-325.
<https://www.revistamilitar.pt/revold>
- Neustadt, R. E., & May, E. R. (1986). *Thinking in Time: The Uses of History for Decision Makers*. Free Press. <https://archive.org/details/thinkingintime00rich>
- Norris, R. S., & Kristensen, H. M. (2007). *Russian nuclear forces, 2007*. *Bulletin of the Atomic Scientists*, 63(2), 54-57. <https://thebulletin.org/2007/03/russian-nuclear-forces-2007/>
- Oliveira, H. A. A. (1948). A infantaria na guerra futura. *Revista Militar*, 100(10), 639-655.
<https://www.revistamilitar.pt/revold>

- Passos, A. F. F. (1959). O papel da marinha no mundo de amanhã. *Revista Militar*, 11(5), 275-283. <https://www.revistamilitar.pt/revold>
- Pereira, J. C. (1948). A guerra futura e as novas armas. *Revista Militar*, 100(5), 242-246. <https://www.revistamilitar.pt/revold>
- Pereira, J. M. (2012). Metodologia da Investigação Aplicada às Ciências Sociais. Universidade Aberta.
- Pires, E. (1948). Os serviços e a guerra moderna. *Revista Militar*, 100(9), 554-564, 625-638. <https://www.revistamilitar.pt/revold>
- Podvig, P. (Ed.). (2001). *Russian strategic nuclear forces*. MIT Press.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008). Manual de Investigação em Ciências Sociais. Gradiva.
- Rhodes, R. (1995). *Dark sun: The making of the hydrogen bomb*. Simon & Schuster. https://www.goodreads.com/book/show/16889.Dark_Sun
- Ridley, D. (2012). *The Literature Review: A Step-by-Step Guide for Students* (2nd ed.). SAGE Publications. <https://archive.org/details/literaturereview0000ridl/page/n8/mode/1up>
- Rocha, J. M. L. (2013). Planeamento de defesa e gestão das alianças: Portugal nos primeiros anos da Guerra Fria (1945–1959) [Tese de doutoramento, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do ISCTE. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/6989/1/master_jorge_lima_rocha.pdf
- Rosado, D. P. (2018). Metodologia da Investigação Científica: Da Teoria à Aplicação. Edições Universitárias Lusófonas.
- Rosas, F. (2010). Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar. Tinta-da-China. <https://www.goodreads.com/book/show/17336053-salazar-e-o-poder>
- Ruspini, E. (2002). *Introduction to longitudinal research*. Routledge. <http://go.microsoft.com/fwlink/p/?LinkId=255141>
- Sagan, S. D. (1996). *Moving Targets: Nuclear Strategy and National Security*. Princeton University Press. <https://archive.org/details/movingtargetsnu0000saga>
- Santos, D. (1959). A divisão de infantaria na defensiva de posição. *Revista Militar*, 11(2/3), 93–118. <https://www.revistamilitar.pt/revold>
- Santos, L. A. B., & Lima, J. M. M. (Coord.). (2019). Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação (2.ª Edição). Cadernos do IUM, 8. Instituto Universitário Militar.

- Schelling, T. C. (1966). *Arms and Influence*. Yale University Press. <https://archive.org/details/armsinfluence0000sche/page/n9/mode/1up>
- Silva, A. S., & Pinto, J. M. (1999). *Metodologia das Ciências Sociais*. Edições Afrontamento.
- Simões, J. M. B. (1958). Reflexões sobre a cavalaria no campo de batalha atômica. *Revista Militar*, 10(10), 433–443. <https://www.revistamilitar.pt/revold>
- Sousa, A. B. (1946). À dois anos do centenário. *Revista Militar*, 98(1), 9-13. <https://www.revistamilitar.pt/revold>
- Sousa, A. B. (1947). Coordenação das forças armadas. *Revista Militar*, 99(6), 337-344. <https://www.revistamilitar.pt/revold>
- Tannenwald, N. (2007). *The Nuclear Taboo: The United States and the Non-Use of Nuclear Weapons Since 1945*. Cambridge University Press. <https://www.semanticscholar.org/paper/The-Nuclear-Taboo%3A-The-United-States-and-the-Basis-Tannenwald/7173dbcf2115d45e0ccd85b9151cd9cd1ecc764a>
- Taubman, W. (2004). *Khrushchev: The man and his era*. W. W. Norton & Company. <https://www.goodreads.com/book/show/334050.Khrushchev>
- Tavares, J. (2021). O interesse nacional na política externa portuguesa durante a Guerra Fria. *Lusíada. Política Internacional e Segurança*, (25-26), 169–190. <https://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/lpis/article/view/3347>
- Teixeira, N. S. (2006). Breve ensaio sobre a política externa portuguesa. *Relações Internacionais*, (28), 51–60. https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri9_NSTeixeira.pdf
- Telo, A. J. (1996). *Portugal e a NATO: O Reencontro da Tradição Atlântica*. Edições Cosmos. <https://searchworks.stanford.edu/view/3366981>
- Thomas, G. (2011). A typology for the case study in social science following a review of definition, discourse, and structure. *Qualitative Inquiry*, 17(6), 511-521. <http://go.microsoft.com/fwlink/p/?LinkId=255141>
- Tosh, J. (2015). *The pursuit of history: Aims, methods and new directions in the study of history* (6^a ed.). Routledge. <https://archive.org/details/pursuitofhistory0006tosh>
- Valença, F. (1952). Influências da ciência e da técnica na guerra. *Revista Militar*, 4(1), 25-46. <https://www.revistamilitar.pt/revold>
- Valença, F. (1953). O factor atômico nas operações de campanha. *Revista Militar*, 5(11), 741-770. <https://www.revistamilitar.pt/revold>

- Waltz, K. (2012). The Spread of Nuclear Weapons: More May Be Better. *International Security*, 18(4), 3-44. https://www.academia.edu/37310384/More_May_be_Better
- Wellerstein, A. (2021). *Restricted Data: The History of Nuclear Secrecy in the United States*. University of Chicago Press. <https://academic.oup.com/jah/article-abstract/109/3/712/6895645?redirectedFrom=fulltext>
- Westad, O. A. (2017). *The Cold War: A world history*. Basic Books. https://www.researchgate.net/publication/324253214_The_Cold_War_A_World_History
- Zubok, V. M., & Pleshakov, C. (1996). *Inside the Kremlin's Cold War: From Stalin to Khrushchev*. Harvard University Press. https://www.goodreads.com/book/show/108769.Inside_the_Kremlin_s_Cold_War